

Recortes da História de Carazinho

Ney Eduardo Possapp d'Avila



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Placa do Obelisco
da Av. Flores da Cunha
fronteiro à Praça Albino
Hillebrand

24-2-1941
COMEMORAÇÃO DO
1º DECENIO DA
INSTALAÇÃO DO
MUNICIPIO DE CARASINHO

Em 24 de fevereiro de 1931
ocorreu a instalação do
Município de Carazinho,
posse do Prefeito nomeado
Homero Guerra e assinatura
dos primeiros atos
institucionais. A data marca o
início de Carazinho na
condição de unidade político-
administrativa autônoma. 81º
Município do Estado do Rio
Grande do Sul.

Recortes da História de Carazinho

Ney Eduardo Possapp d'Avila



Projeto
Passo Fundo
Associação de cultura

Ney Eduardo Possapp d'Avila

Recortes da História de Carazinho

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo

2015

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 3,0 Nao Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR ou envieumcartapara@creativecommons.org, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Capa: Montagem Prefeitura e Praça

(com fotos do acervo do Museu Regional Olívio Otto).

Revisado por: HST oficina de História, Ensino e Consultoria

A958re Avila, Ney Eduardo Possapp d'

Recortes da história de Carazinho [recurso eletrônico] / Ney Eduardo Possapp d'Avila. –PassoFundo :Projeto Passo Fundo, 2015. 1.667 Kb ;

PDF.

ISBN 978-85-8326-105-06

Modo de acesso: World Wide Web:

<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Carazinho (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul – História. 3. Historiografia. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

SUMÁRIO

Apresentação	07
Mapa de Carazinho	09
Municípios situados no Município criado em 1931	11
Efemérides Carazinhenses	13
Carazinho, terra serrana	19
São Carlos do Caapi	21
Redução Jesuítica do Caapi	23
Presença luso-brasileira no futuro território carazinhense	27
Birivas, Tropeiros, Milicianos	31
De Jacuhyzinho a Carazinho	33
A Mula do Príncipe em Carazinho	35
Carazinho no ano da Independência	37
O “Povo Começado” do Carazinho	39
Abolicionismo em Carazinho	41
Exército de Saraiva em Carazinho	43
Barragem de Madeira	45
O Período Madeireiro Carazinhense	47
Aspirações Emancipacionistas Frustradas	51
Enfrentamentos pela Emancipação de Carazinho	55
As eleições estaduais de 1922 em Carazinho	59
Terrenos do Senhor Bom Jesus	61
Barracão Liberal	63
Legião Prestes Guimarães	67
Decreto nº 4.709 - Crêa o município de Carazinho	69
Estruturação do Município de Carazinho	71
Primeiro Prefeito de Carazinho	75
Força e Luz	79
Exposição Agro-Pastoril e Industrial	81

As Primeiras Eleições Municipais em Carazinho	83
IV Festa Nacional do Trigo	85
II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho	89
Carazinho: Capital do Trigo	93
Sogicultura Carazinhense	95
Escola Estadual de Ensino Técnico Agrícola	97
Legalidade em Carazinho	99
Il Guarany no Theatro São Pedro	103
2015 – 154 Anos da Cidade de Carazinho	107
2015 - 84 Anos do Município de Carazinho	111
2015 - 80 Anos da Câmara Municipal de Vereadores	115

Apresentação

Recortes da História de Carazinho é uma coletânea de artigos publicados na imprensa carazinhense desde a década de 1990 até os dias atuais. Foram selecionados entre algumas dezenas de escritos sobre a história da Cidade e o Município.

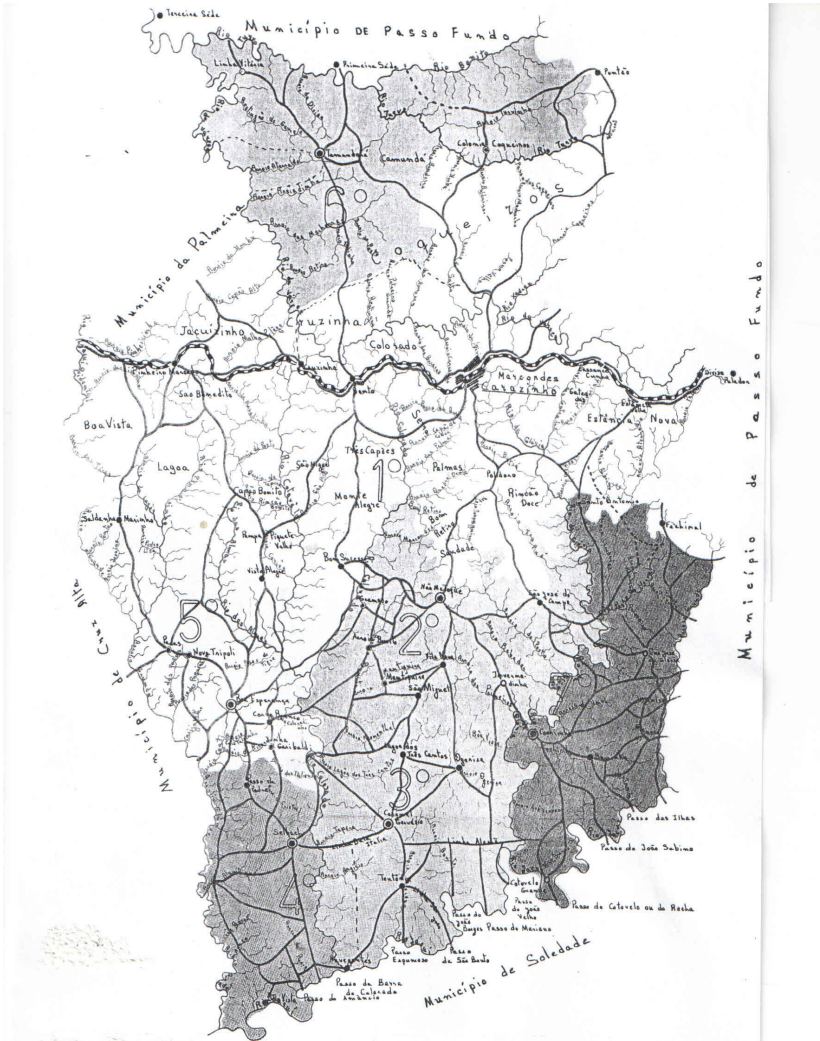
Redigidos e publicados em diferentes momentos, foram revisados, corrigidos, adaptados, complementados para comporem a presente coletânea integrante do Projeto Passo Fundo. Os artigos selecionados tratam de episódios e de personalidades com significado na história de Carazinho. Duas principais metas pontuaram a escolha. Primeira meta: a descrição de fatos e personagens, de modo o mais objetivo possível, com base em pesquisas e crítica historiográfica. Segunda meta: despertar o interesse pelo conhecimento da história local e regional carazinhense, superando tanto a falta de conhecimento, quanto o conhecimento errôneo.

Um terceiro propósito seria desafiar os interessados no estudo e divulgação da formação histórica de Carazinho para discutirmos em termos técnicos, científicos e metodológicos o que já faz parte da historiografia carazinhense e o que falta ser pesquisado, estudado, divulgado.

Os textos são autônomos, independentes entre si. Há assuntos, episódios, personagens que figuram em mais de um artigo, em geral sob enfoque diferente. Estão distribuídos em ordem, sempre que possível, cronológica. Não obstante podem ser lidos na sequência que o Leitor melhor escolher.

Boa leitura

Mapa de Carazinho



Mapa desenhado a cores por Antonino Xavier em 1934 ao ensejo da Exposição Agro-Pastoril e Industrial.

Municípios situados no Município criado em 1931

No primitivo Município de Carazinho, criado em 24 de janeiro e instalado em 24 de fevereiro, no ano de 1931, estão atualmente (fevereiro de 2015) situados, total ou parcialmente, 13 municípios.

Almirante Tamandaré do Sul

criado em 16 de abril de 1996, Lei nº 10.737.

Carazinho

criado em 24 de janeiro de 1931, Decreto nº 4.709.

Colorado

criado em 3 de julho de 1962, Lei nº 4.318.

Coqueiros do Sul

criado em 22 de março de 1992, Lei nº 9.965.

Lagoa dos Três Cantos

criado em 20 de março de 1992, Lei nº 9.632.

Não-me-Toque

criado em 18 de dezembro de 1954, Lei nº 2.555.

Pontão

criado em 20 de março de 1992, Lei nº 9.604.

Saldanha Marinho

criado em 9 de maio de 1988, Lei nº 8.593.



Santa Bárbara do Sul

criado em 31 de janeiro de 1959, Lei nº 3.703.

Santo Antônio do Planalto

criado em 20 de março de 1992, Lei nº 9.550.

Selbach

criado em 22 de setembro de 1965, Lei nº 5.036.

Tapera

criado em 18 de dezembro de 1954, Lei nº 2.552.

Victor Graeff

criado em 23 de outubro de 1965, Lei nº 5.072.



Efemérides Carazinhenses

Rol de fatos e datas da história da Cidade e do Município:

24 jan. 1923.	Deflagrada no povoado Carasinho a guerra civil conhecida como “Revolução de 23”.
24 jan. 1923.	O 4º Distrito, Carasinho, emancipado pelos rebeldes, sendo nominado Assisópolis.
24 jan. 1931.	Criação do Município de Carazinho. Decreto nº 4.709 do Interventor Federal José Antônio Flores da Cunha.
24 jan. 1990.	Início das atividades da UPF em Carazinho.
27 jan. 1980.	Primeira emissão da Rádio Gazeta – FM.
2 fev. 1939.	O Termo de Carazinho existente desde 1931 é elevado à categoria de Comarca, Decreto nº 7.643.
2 fev. 1948.	Fundação do Grêmio Aquático Carazinhense.
7 fev. 1964.	Criação das Centrais Elétricas de Carazinho S.A.–ELETROCAR. Lei Municipal nº 1.664.
10 fev. 1931.	Nomeação do Prefeito Municipal Homero Guerra. Decreto nº 4.718 do Interventor Federal Flores da Cunha.
20 fev. 1936.	Promulgação da Lei Orgânica do Município pelo Prefeito Albino Hillebrand.



24 fev. 1931.	Instalação do Município de Carazinho, início da autonomia político-administrativa.
24 fev. 1931.	O povoado do Carazinho, na condição de sede municipal, é elevado à categoria de Vila.
24 fev. 1931.	Posse do Prefeito Municipal nomeado Homero Guerra.
24 fev. 1931.	Divisão do Município em seis distritos: 1º Carazinho (sede); 2º Não-me-Toque; 3º Coronel Gervásio; 4º Selbach; 5º Boa Esperança; 6º Tamandaré. Ato nº 11 do Prefeito H.Guerra.
21 mar. 1928.	Início do primeiro ano letivo do Grupo Escolar de Carazinho, criado pelo Decreto nº 4.039, atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Princesa Isabel.
31 mar. 1938.	Vila de Carazinho elevada à categoria de Cidade. Decreto estadual nº 7.199.
28 abr. 1927.	Criação da Paróquia do Senhor do Bom Jesus, subordinada à Diocese de Santa Maria. Decreto eclesiástico.
2 maio 1962.	Início das aulas do Ginásio Estadual Noturno de Carazinho, criado pelo decreto nº13.024 do Governador Leonel Brizola.
4 maio 1970.	Criada a Sociedade Carazinhense Pró-Ensino Superior – ACAPESU.
17 maio 1947.	Primeira emissão da Rádio Carazinho ZYF-8, atual Rádio Diário da Manhã.

20 maio 1908.	Oficialização do traçado e nomenclatura de ruas e praças Do povoado do Carasinho.
21 maio 1932.	Fundação da Sociedade Recreativa e Beneficente “Flor da Serra”.
22 maio 1961.	Área no 1º Distrito é declarada de utilidade pública para instalação de Escola Estadual de Ensino Técnico Rural. Decreto nº 12.371 do Governador Leonel Brizola.
30 maio 1934.	Abertura da 1ª Exposição Agro-Pastoril e Industrial de Carasinho.
14 jun. 1880.	Criação da Capela Curada do Senhor do Bom Jesus. Lei Provincial nº 1.250.
26 jun. 1932.	Criação da Liga Pró-Engrandecimento do Município de Carasinho.
7 jul. 1940.	Inauguração do Aeroporto de Carazinho.
5 ago. 1940.	Fundação do Aeroclube de Carazinho.
11 ago. 2000.	Primeiro vestibular da ULBRA Campus Carazinho.
29 ago. 1972.	Criação do Museu Regional do Planalto. Lei Municipal nº 2.476, atual Museu Regional Olívio Otto.
19 set.1955.	Decreto Federal nº 37.923, “Concede autorização para constituição da Cooperativa Banco de Reserva de Carazinho, de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.”
7 set. 1933.	Fundação do Glória Futebol Clube.
20 set. 1907.	Circula o primeiro jornal editado em Carazinho, <u>O Farpão</u> .



20 set. 1938.	Inauguração do prédio do Grupo Escolar Carasinho, atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Princesa Isabel.
30 set. 1931.	Publicação do <u>Código de Posturas Municipais de Carasinho</u> , Decreto nº 5 do Prefeito substituto José Ivalino Pessoa de Brum.
3 out. 1908.	Jornal <u>O Carasinho</u> propõe a emancipação municipal.
11 out. 1884.	Instituída a Comissão Abolicionista do 4º Distrito.
13 out. 1930.	Chega à Estação Ferroviária o trem presidencial conduzindo Getúlio Vargas. Barracão Liberal em pleno funcionamento.
17 out. 1944.	Criação da Biblioteca Pública Municipal. Decreto nº 56.
23 out. 1857.	Criação do Distrito do Jacuizinho, sob nº 4. Ato da Câmara Municipal de Passo Fundo.
23 out. 1954.	Abertura da IV Festa Nacional do Trigo, em Carazinho.
23 out. 1954.	Abertura da II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho.
25 out. 1933.	Fundação do Veterano Futebol Clube.
5 nov. 1921.	Início oficial da escola da comunidade luterana, origem do atual Colégio Sinodal Rui Barbosa.
15 nov. 1897.	Entregue ao tráfego o trecho da via férrea entre as estações de Pinheiro Mercado e Carasinho.

17 nov. 1935.	Primeiras eleições municipais em Carazinho: Prefeito e sete Vereadores.
29 nov. 1929.	Fundação do “Banco Comercial de Carazinho, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada com sede na localidade Carazinho”.
11 dez. 1930.	Início da circulação em Carazinho do <u>Jornal da Serra</u> , proprietário e diretor Astério Canuto de Souza.
15 dez. 1930.	A Comissão Pró-Vilamento de Carazinho é recebida em Porto Alegre pelo Interventor Federal Flores da Cunha.
19 dez. 1935.	Instalação da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.
28 dez. 1880.	Possidônio e Placidina Vargas doam gleba de terra para construção de capela e consolidação do povoado.
28 dez. 1938.	Criação da Comarca de Carazinho. Decreto nº 7.840.
29 dez. 1959.	Criação dos Serviços Carazinhenses de Energia Elétrica e Industrial – SCEEI. Lei Municipal nº 129.

Carazinho, terra serrana

A cidade de Carazinho formou-se no dorso da Coxilha Grande do Albardão, a qual se estende de leste a oeste, sendo o divisor de águas *divorcium aquorum* das bacias hidrográficas do Uruguai e do Jacuí. Durante os séculos XIX e XX até a década de 1970 o município de Carazinho, tal qual Passo Fundo e Cruz Alta, era considerado integrante da Região Serrana, ou Cima da Serra. Eis a razão do Gal. Prestes Guimarães haver titulado seu livro de memórias da guerra civil de 1893-1895 A Revolução Federalista em Cima da Serra; de a tropa federalista recrutada na região ser conhecida como “serranos”; de Canuto Astério de Souza nominar seu periódico Jornal da Serra; de em 1932 carazinhenses afrodescendentes haverem nominado sua Sociedade Cultural e Beneficente “Flor da Serra”; de a cidade, na década de 1950, em função do surto industrial, haver sido cognominada “Manchester da Serra”; de em 1958 seu primeiro CTG ser denominado Centro de Tradições Gaúchas “Rincão Serrano”; de a União Carazinhense de Estudantes – UCE, haver realizado, em 1962, o II Congresso Estudantil da Serra (o autor do presente artigo participou do evento na condição de Vice-Presidente da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas – UGES); de o gaúcho da região, para distingui-lo do gaúcho de outras regiões, ser identificado até os dias atuais como “gaúcho serrano”. Igualmente deve-se considerar que várias outras entidades carazinhenses tiveram em seus nomes fantasia ou marcas os termos “da serra”, “serrano” ou “serrana”.

De acordo com os parâmetros atuais Carazinho localiza-se na região fisiográfica do Planalto Médio Rio-Grandense, na



microrregião de Carazinho, na mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Altitude 592 m. Coordenadas geográficas 28° 17' 02" de latitude sul e 52° 47' 09" de longitude oeste, 4° fuso horário a oeste de Greenwich.

O Município de Carazinho possui área territorial de 576 Km², área urbana 115 Km², área rural 461 Km². Integra a Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea.

O Censo IBGE/2010 registrou 59.317 habitantes no município. 58.253 na área urbana e 1.064 na área rural.

Carazinho dista, por estrada rodoviária, 284 Km de Porto Alegre, e 47 Km de Passo Fundo. O percurso ferroviário entre Carazinho e Porto Alegre, via Passo Fundo, Guaporé, Roca Salles, pela EF-491, é de 339 Km; via Santa Maria, pela EF-153, é de 605 Km.

Carazinho é entroncamento das duas mais importantes rodovias do sul do País, a BR-285 e a BR-386, dispendo também das RS-024, RS-142, RS-223, RS-451.

Carazinho dispõe de aeroporto público administrado pelo governo municipal. Pista de 1.156x30 metros, asfaltada, balizada com farol rotativo e biruta iluminada. Altitude 603 m.

São Carlos do Caapi

No século XVII, entre os anos 1631 e 1637, os espanhóis da Companhia de Jesus (jesuítas) mantiveram várias missões catequéticas ou reduções de indígenas na região hoje conhecida como Planalto Médio do Rio Grande do Sul. A mais próxima da atual cidade de Carazinho teria sido a Redução de São Carlos do Caapi. Situava-se, provavelmente, entre as atuais localidades da Cruzinha e Pinheiro Marcado. Fundada em princípios de 1631 por iniciativa do Padre Romero, Superior Jesuíta das Missões Orientais (localizadas no lado esquerdo do Rio Uruguai), só foi consolidada em agosto daquele ano.

A norma jesuíta era a de manter em cada redução dois sacerdotes, o principal, cura ou vigário, e o auxiliar, coadjutor. Entre 1631 e 1637 atuaram em São Carlos os padres Pedro Mola, Felipe Viveros, Diogo Ferrer e Nicolau Inácio. Em alguns momentos contaram com os chamados “irmãos leigos”, membros da Companhia sem ordens sacerdotais. Via de regra os “irmãos” eram especializados em construção, agricultura, armamentos, escultura ou carpintaria e encarregados de preparar indígenas nessas artes ou ofícios.

Em São Carlos do Caapi foram reduzidos índios guaranizados, isto é pertencentes a parcialidades assimiladas pelos Guaraní. Em seu relatório aos superiores hierárquicos o Pe. Romero indica haver contado com a colaboração dos caciques Apicabi-gia e Jandeía. Deve-se notar que os jesuítas buscavam sempre o apoio e a intermediação dos caciques. Cacique era um jovem guerreiro que por sua coragem e conhecimentos em ataque e defesa assumia a chefia do grupo em caso de guerra ou disputa com



outro grupo. Os jesuítas transformaram os caciques em permanentes “chefes de índios”. Foi a maneira de enfrentar e destituir o pajé, ancião líder espiritual e curandeiro. Era natural que o pajé não aceitasse a ação e as doutrinas exóticas dos padres inacianos.

Nas reduções os jesuítas organizaram lavouras e criação de gado vacum, suíno e caprino. Em São Carlos e nas outras reduções do Planalto Médio, por encontrarem-se na zona dos ervais *Ilex paraguariensis*, foi dada especial atenção ao fabrico da erva-mate. Além do consumo pelos índios aldeados, a erva produzida era enviada para as reduções da região hoje denominada “das Missões”, onde não havia ervais nativos. Constituíam-se também em produto de exportação da Companhia.

No final do ano de 1637 um destacamento da bandeira de Antonio Raposo Tavares atacou a redução do Caapi. O destacamento estava comandado pelo bandeirante Jerônimo Bueno. Um grande número de índios catequizados foram presos e posteriormente conduzidos à capitania de São Paulo para serem vendidos como escravos. Os dois padres que se encontravam na missão, mandados embora com dois índios para carregar seus pertences. O aldeamento foi destruído. Os bandeirantes preavam (caçavam) indígenas catequizados, isto é, guaranis domesticados, pois haviam sido treinados para o trabalho “civilizado”. Também conheciam alguns rudimentos do idioma castelhano o que facilitava a comunicação. Os Tapuia, habitantes das matas, não só eram deixados em paz, como se tornaram amigos dos bandeirantes luso-brasileiros. Não obstante, o genocídio implantado pelo conquistador europeu vitimou tanto guaranis como tapuias.



Redução Jesuítica do Caapi

Existem variados textos onde encontra-se referida a Redução Jesuítica de São Carlos do Caapi que teria existido no território do atual Município de Carazinho. Apesar das divergências, parece mais provável a localização na área do atual distrito de Pinheiro Marcado.

Jorge Edethe CAFRUNI em Passo Fundo das Missões. História do período jesuítico (1966) destaca:

São Carlos do Caapi foi fundada pelo padre Romero, em princípios de 1631, e reconhecida em agosto do mesmo ano, nas terras dos [...] caciques Apicabijia e Jandéia. Teve por curas e auxiliares os Padres Pedro Mola, Felipe Viveros, Diogo Ferrer e Nicolau Inácio. Situava-se na região conhecida por Caapi, a oriente de Caaaçapá-guaçu. Compulsando-se os vários autores, chega-se à conclusão de que essa Redução ficava no divisor de águas e caminho natural, entre o rio da Várzea e nascentes do rio Jacuí-mirim, próximo às localidades de Cruzinha e Pinheiro Marcado, no atual município de Carazinho, distante um dia de Santa Teresa, consoante informação de Nicolai Techo. Os índios que deviam formar a Redução de Visitação [localizada no vale do Jacuí, entre Carazinho e Lagoão], vieram também reduzir-se em São Carlos, juntando-se aos índios de Apicabijia e Jandéia. A localização dessa Redução, vizinhanças de Pinheiro Marcado, é dada por Souza Docca, Gonzaga Jaeger e outros autores, como sendo o da Redução de Santa Teresa [nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo], confundindo as nascentes do Jacuí, onde ficava esta última Redução, com as do Jacuí-mirim, que muitos autores consignavam como as do verdadeiro [rio] Jacuí.



Deve-se notar que atualmente há autores, por falta de conhecimento ou por má intenção, fazendo essa mesma confusão, tomando o Jacuizinho ou o Jacuí-Mirim pelo Jacuí, ao tratarem do povoamento do Planalto Médio nas terceira e quarta décadas do século XIX.

No Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho, de Antonino Xavier e OLIVEIRA, edição 1992, consta:

***Jacuí.** Dois são os rios deste nome que banham o município: o que corre para sudoeste, e o que corre para o sul. O primeiro é referido neste Dicionário como Jacuí Oriental [Jacuí], e o segundo, o Ocidental [Jacuí-Mirim].*

O Jacuí Oriental [Jacuí], vindo do município de Passo Fundo e que é o mais volumoso dos dois, banha sucessivamente, os 7º, 3º e 4º distritos [municípios de Victor Graeff, Tapera, e Selbach], separando este Município do de Soledade. [Atualmente, o rio Jacuí não banha o território de Carazinho].

O Jacuí Ocidental [Jacuí-Mirim], depois de separar o município de Cruz Alta do de Palmeira, passa a constituir a linha divisória do primeiro desses municípios com este [faz o limite oeste de Carazinho com Santa Bárbara do Sul], banhando o primeiro distrito no trecho entre a barra do arroio Pinheirinho e o do arroio das Tocas.

***Jacuizinho** (Arroio). Afluente da margem esquerda do Jacuí Ocidental [Jacuí-Mirim]. 1º distrito. [Nas cartas consultadas, está nominado como arroio São Pedro, cujo curso faz o limite sul de Carazinho com Saldanha Marinho, no distrito de Pinheiro Marcado].*

Outras observações feitas por Cafruni a propósito da missão jesuítica de São Carlos do Caapi:

De Santa Teresa [Passo Fundo], prosseguiriam, em linha reta, para oeste, pelo divisor de águas, em busca das Reduções da Província do Uruguai, a começar pela de São Carlos do Caapi, no

atual município de Carazinho.

Esse deveria ser o caminho percorrido, atendendo-se à realidade geográfica e ao conhecimento que dela tinham, como ninguém, os aborígenes, primitivos donos da terra.

[...]

Desfecharam, então, seu primeiro assalto, que foi contra a Redução de São Carlos do Caapi, no extremo oeste do atual município de Carazinho, destruindo esse baluarte missioneiro. Dali, os bandeirantes seguiram, em busca da Redução de Apóstolos, na região de Caaçapá-Guaçu, atual município de Santo Ângelo.



Presença luso-brasileira no futuro território carazinhense

A fixação dos primeiros luso-brasileiros na área onde em 1861 formou-se o núcleo urbano origem da atual cidade de Carazinho e em 1931 constituiu-se o Município foi precedida pela passagem de luso-brasileiros com diferentes intuítos ou objetivos, mas sem o propósito de fixar-se. No século XVII bandeirantes paulistas expulsaram os jesuítas espanhóis e durante meio século transitaram com frequência pela região integrando-a ao contexto luso-brasileiro. No século XVIII foi a vez de paulistas e lagunistas preadores do gado chimarrão das antigas vacarias jesuíticas. Tratava-se do chamado “bandeirantismo tropeiro” ou “tropeirismo bandeirante”.

Em 1738 Cristóvão Pereira de Abreu, por ordem de Gomes Freire de Andrade, percorreu o antigo Caapi indígena que batizou de “caminho das Missões”. Pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777 e demarcado em 1783, o território onde veio a formar-se Carazinho integrou os chamados “Campos Neutrais”, espécie de área tampão entre os domínios de Portugal e Castela. Assim continuou, até o final do século, uma “terra de ninguém”. Não porque ela estivesse desabitada, mas porque tanto o índio, como o caboclo que aí viviam e desenvolviam suas atividades socioeconômicas não eram considerados “moradores”. A atuação dessa gente era considerada clandestina. Posteriormente, uma das principais consequências desta atitude será o não reconhecimento do direito de posse da terra em favor desses pioneiros.

A partir de 1801, quando as Missões passaram de fato ao domínio luso-brasileiro, o futuro território carazinhense ficou



sob a alçada do comando militar da fronteira, sediado em São Borja. A Provisão do Príncipe Regente, datada de 7 de outubro de 1809, dividiu a Capitania Geral do Rio Grande do Sul em quatro municípios, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. A área em pauta integrou o município de Rio Pardo. Concomitantemente, naquele início de século, o comércio de mulas cresceu em importância. Tropas de mulas, originárias da mesopotâmia argentina (atual Província de Entre Rios), eram conduzidas para a Capitania de São Paulo. O principal centro de negócio de muares era a feira de Sorocaba. Ali dava-se o encontro de vendedores e compradores de mulas destinadas às fazendas de café, às plantações, aos engenhos de açúcar, além das destinadas ao transporte de mercadorias e ao uso como cavalgadura. Tornava-se necessário reativar o “caminho das Missões”.

Em 1816, obedecendo ordens superiores, o alferes Athanagildo Pinto Martins, do regimento de cavalaria de Curitiba, comandou uma “expedição” composta de soldados e índios. Objetivo da expedição: traçar uma rota militar de ligação da Capitania de São Paulo com a Comandância da fronteira e a Capitania Cisplatina. Guiada pelo índio Jonjong percorreu o trajeto do Campo de Meio até São Borja, passando por onde hoje ergue-se a cidade de Carazinho. Foi atribuída a este oficial miliciano a “abertura da vereda das Missões”. Na verdade o caminho de ida e volta foi sempre o das antigas trilhas do Caapi indígena.

Em 1819, mais um paulista “descobre” o caminho das Antigas Missões Orientais à Capitania de São Paulo. João José de Barros, um dos grandes negociantes de mulas daquela época, tendo adquirido uma tropa na fronteira meridional, também seguiu o caminho dos índios. A notícia desse “caminho dos paulis-



tas” logo se espalhou pelo sul da Capitania.

Essa estrada tropeira atravessava a região que veio a ser denominada Jacuizinho e posteriormente Carazinho. Birivas logo interessaram-se pelos campos do Jacuizinho. Em 1827 dá-se a fixação dos pioneiros, milicianos e negociantes curitibanos envolvidos na faina muleira-ervateira, e a formação das primeiras fazendas. Decorridos mais de 30 anos, em 1861, surge o embrião da atual Cidade de Carazinho.

A demora na formação de um núcleo urbano deve-se ao fato de contrariar os interesses dos concessionários de terras, os fazendeiros.



Birivas, Tropeiros, Milicianos

Ao longo de mais de cem anos o negócio do gado selvagem, de cavalos e de muares animou a ligação das vacarias sulinas ao Sudeste e Centro-Oeste luso-brasileiro. Porém, só a partir do início do século XIX o comércio de mulas, paulatinamente, tornou-se atividade importante. As mulas eram criadas na mesopotâmia argentina (atual Província de Entre Rios) ou nos campos da Banda Oriental (atual República do Uruguai). No final da segunda década do séc. XIX, como alternativa às rotas litorâneas, começa a ser usada a rota interior. Partindo de São Borja, passava pelas atuais cidades de Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus, penetrava no atual estado de Santa Catarina onde, na região de Lages, encontrava outras rotas que demandavam a Feira de Sorocaba e demais centros de comercialização de mulas. O trecho entre Passo Fundo e Lagoa Vermelha, dominado pelos índios Kaingáng, era o mais perigoso.

O primeiro a percorrer o citado trajeto com uma tropa teria sido o paulista João José de Barros. Considerado um dos maiores negociantes de muares da época optou, no ano de 1819, por usar o caminho percorrido, em sentido inverso, em 1785 por Cristóvão Pereira de Abreu, que o denominara “caminho das Missões”, e em 1816 por Athanagildo Pinto Martins, alferes de milícias, que o batizara “vereda das Missões”. Mais tarde conhecido como “caminho dos paulistas”, a rota de Barros era o antigo Caapi (caminho dos matos) dos indígenas, trilhado por jesuítas e bandeirantes, hoje BR-285.

Esta rota tropeira, além de ser mais curta, oferecia a vantagem de atravessar a zona dos ervais nativos, possibilitando aos



menos aquinhoados, não possuidores de capital suficiente para adquirir tropa de mulas, nem montar fazendas, a alternativa de improvisar carijos onde produziam erva-mate usada como moeda de troca na compra de muares, a serem comercializados em Sorocaba. Era o ciclo erva-mula-capital. Nessa faina biriva os mais pobres associavam-se aos remediados na condição de capatazes ou simples agregados. Destarte resultou o deslocamento de muitos paulistas, principalmente, os dos chamados “campos gerais de Curitiba” (no atual estado do Paraná) para o Sul, inicialmente com fixação temporária enquanto produziam erva. Na sequência traziam a família, fixavam-se em definitivo, e prosseguiram na atividade tropeira e ervateira. Alguns oficiais milicianos subalternos e alguns pequenos negociantes receberam concessões de glebas para estabelecer fazendas ao longo da estrada tropeira.

O trabalho pesado era feito por índios aculturados, por caboclos, por afrodescendentes, escravos e libertos. Dessa interação entre birivas e milicianos curitibanos de um lado e de outro gaúchos pobres e peões de diferentes origens resultou uma população “pelo duro” altamente miscigenada povoando o Planalto Médio.



De Jacuhyzinho a Carazinho

Em consequência da Resolução do Presidente da Província em Conselho, datada de 11 de março de 1833, surge o município de Cruz Alta desmembrado de Rio Pardo. Em 5 de agosto de 1834, um dia após a instalação, o município é dividido em seis distritos. Passo Fundo torna-se o 4º Distrito, subdividido em cinco quarteirões. O lado oriental da sede distrital, compreendendo a área do futuro Carazinho, constitui o 4º Quarteirão sob a denominação de Pessegueiro. Em 26 de novembro de 1847, a Lei Provincial nº 99 elevou Passo Fundo à categoria de Freguesia, continuando como 4º Distrito, porém, com mais dois quarteirões, Jacuhyzinho e Campo do Meio. Jacuhyzinho (posteriormente grafado Jacuizinho), desanexado de Pessegueiro tornou-se o de número seis, porém a parte extremo oeste do antigo quarteirão ficou até 1857 sob alçada da freguesia Soledade.

Em 1857 Passo Fundo foi emancipado de Cruz Alta, Lei Provincial nº 340, de 28 de janeiro, efetivada pela instalação do Município em 7 de agosto. No ano seguinte a Câmara Municipal procedeu a divisão administrativa do município em sete distritos. O Jacuizinho, com território ampliado, coincidindo aproximadamente com o de Carazinho emancipado em 1931, veio a constituir o 4º Distrito. É de notar que não existindo nenhum núcleo urbano (povoado), não foi designada uma sede distrital. Naquele mesmo ano de 1858, procedido o recenseamento populacional do município, constatou-se no 4º Distrito, Jacuizinho, 1.310 habitantes, sendo, 980 livres, 15 libertos e 315 escravos. A população indígena, a não ser os índios aculturados convertidos em peões, era desconsiderada. Tendo em vista que escravos e li-



bertos eram afrodescendentes, conclui-se que estes representavam mais de um quarto da população total, isto é, mais de 25%. Em 1884 dados oficiais revelaram “diminuto o elemento estrangeiro” no distrito.

No final do século XIX o topônimo Jacuizinho foi substituído por Carasinho. Até 1931 o 4º Distrito terá por sede no povoado do Carasinho. Emancipado, a sede municipal foi elevada à categoria de Vila. Em 31 de março de 1938, na forma do Decreto estadual nº 7.199, em cumprimento ao Decreto-Lei federal nº 311, de 2 de março de 1938, torna-se Cidade. A grafia “Carasinho”, constou da Lei Provincial nº 1.250, ato de criação da capela curada, de 14 de junho de 1880. Esta grafia foi mantida em documentos oficiais até os anos 50. Porém, em observância à regra ortográfica vigente até 1971, encontra-se também a grafia “Caràzinhno”, com o acento grave indicando a sílaba subtônica, por ser considerada palavra derivada de outra originalmente acentuada com acento agudo. A palavra de origem seria “cará”, “Caràzinhno” seu diminutivo. Igualmente, “jacuí” gerou “Jacuizinhno”.

A Mula do Príncipe em Carazinho

Em agosto de 1822, após haver subscrito os manifestos do dia 1º e do dia 6, respectivamente “aos povos do Brasil” e às “nações amigas”, o Príncipe Regente Dom Pedro partiu da Capital para percorrer as capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Foi buscar apoio, junto às Câmaras Municipais e às oligarquias locais e regionais, para o projeto de proclamar a Independência conforme delineado nos citados manifestos.

As estradas naquela época eram estradas tropeiras, possíveis apenas de ser percorridas a pé ou em montaria. Nos caminhos das três capitanias do Sudeste, sendo predominantemente montanhosas, cavalo não era cavalgada adequada, fazia-se necessário cavalgar mulas, mais resistentes e de andar mais seguro e mais cômodo. Esses híbridos eram adquiridos na fronteira Meridional, em tropa atravessavam a Capitania Geral de São Pedro (atual RS) com destino às feiras paulistas onde eram comercializadas para o Sudeste e Nordeste. Mulas eram usadas como animais de tiro, em carroças, arados etc., de carga e de montaria. No final da década de 1810 a rota tropeira preferida veio a ser o “caminho dos Paulistas”, o antigo Caapi indígena, que cruzava pelo lugar onde hoje localiza-se a Cidade de Carazinho.

O Príncipe Regente, com sua comitiva política e guarda de honra, realizou a importante empreitada em lombo de mula. No final de cerca de quase um mês de andanças, após visitar a Vila de São Paulo, empreendeu a viagem de volta à Corte (Rio de Janeiro). Na tarde do dia 7 de setembro, às margens do Riacho Ipiranga, veio-lhe ao encontro o correio portador de missivas recebidas de Lisboa intimando-o a retornar à Metrópole. Con-



sequência imediata, o Brasil perderia a condição de Reino unido a Portugal e voltaria a ser colônia. Foi a “gota d’água”, o Príncipe tomou a resolução de explicitar a proclamação da autonomia e criar uma nação independente. Com tal objetivo retornou à Vila, capital da Capitania, onde à noite foram executados os primeiros atos autonomistas.

A História oficial do Brasil criou o episódio do tal “Grito do Ipiranga”, que inclusive faz parte do Hino Nacional. O fato não possui comprovação documental. Suas representações literárias e pictóricas denotam romantismo patriótico exacerbado. É o caso do quadro de Pedro Américo. Naquele momento Dom Pedro não usava trajes de gala, tampouco montava um magnífico corcel. Vestia roupa de viagem, um chapéu de aba larga e cavalgava uma mula, bem ao modo dos viajantes da época. Igualmente toda comitiva.

Entrementes, o que Carazinho, ainda não existente em 1822, tem a ver com evento tão significativo da história do Brasil? Acontece que em 1819 transitou pelo lugar onde hoje está a cidade uma tropa de mulas pertencente a João José de Barros, um dos maiores negociantes de muares da Capitania de São Paulo. É bem provável que algumas destas mulas integraram o plantel da comitiva, e uma delas pode ser a mula montada pelo Príncipe Regente no momento do “Grito”, ou o que haja ocorrido naquela tarde às margens do famoso córrego.



Carazinho no ano da Independência

A propósito da Proclamação da Independência do Brasil convém interrogar como seria naquele ano de 1822 o lugar onde veio formar-se Carazinho.

Há 193 anos, quando o Brasil tornou-se uma nação político-administrativamente autônoma, nas terras que viriam a ser carazinhenses ainda não haviam se estabelecido seus primeiros moradores. A área estava habitada por indígenas e caboclos. Estes, em geral, descendentes de mamelucos e índios tupis deixados pelas bandeiras paulistas. Indígenas e caboclos levavam uma vida nômade ou semi-nômade não se constituindo, por consequência, habitantes fixos. De igual forma os birivas tropeiros-ervateiros que desde o final da década de 1810 percorriam a região, ora na faina da erva-mate, ora conduzindo tropas da fronteira para São Paulo, ainda não haviam aqui se fixado.

A primeira notícia de luso-brasileiro transitando, no século XIX, por terras carazinhenses é a do Alferes Athanagildo Pinto Martins, da milícia de cavalaria de Coritiba. Em 1816 no cumprimento de ordens superiores fez o reconhecimento do trajeto do Campo do Meio a São Borja que denominou Vereda das Missões. Para o efeito Athanagildo incursionou comandando uma “expedição” formada por índios e soldados, tendo por guia o cacique Jonjong. Objetivo da “expedição”: traçar uma rota militar.

Em 1819 o paulista negociante de tropas João José de Barros atravessou a área com uma tropa de mulas. Assim o antigo Caapi (caminho do mato) dos indígenas, que fora usado por jesuítas e bandeirantes, aos poucos tornou-se o “caminho dos pau-



listas”, a estrada das tropas que ligava a fronteira meridional às feiras paulistas.

Segundo o historiador Antonino Xavier o seu bisavô Manoel Francisco Xavier e seu avô Francisco Xavier de Castro frequentaram a região do Planalto Médio durante a década de 1820. Afirma, inclusive, que seu bisavô e seu avô, este com onze anos de idade, estiveram no local onde hoje está a cidade de Carazinho justamente no ano de 1822. De acordo com o relato feito por Francisco Xavier de Castro em todo percurso onde hoje localizam-se Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho e Santa Bárbara do Sul, no início da década de 1820, não havia nenhum morador da “raça branca”. Xavier de Castro também informou que no ano de 1827, ao retornarem da fronteira conduzindo uma tropa de mulas, encontraram os primeiros moradores ainda em processo de construção de suas rústicas moradas. Nomeou três: Alferes Rodrigo Félix Martins, em Pinheiro Mercado, Alexandre da Motta, próximo ao Pulador e Bernardo Paes de Proença, no Rincão do Pessegueiro. Alferes Rodrigo havia requerido ao Comandante Militar de São Borja a concessão de uma gleba em 5 de agosto de 1824, porém veio fixar-se três anos após. Segundo Antonino Xavier o estabelecimento tardio dos paulistas na região foi motivado pela resistência dos Kaingáng.

Após a fixação dos primeiros moradores, com suas fazendas “de criar”, decorreram mais de três décadas até que por iniciativa de um bodegueiro chamado Sebastião Camargo e mais três ou quatro moradores (seus nomes são desconhecidos) surgisse o núcleo urbano que deu origem à atual cidade de Carazinho.



O “Povo Começado” do Carazinho

O primeiro registro da formação do núcleo urbano, origem primitiva da localidade que evoluiu para povoado, depois vila e finalmente cidade de Carazinho, está datado de 1861. Trata-se do registro feito pelo Juiz de Direito da Comarca de Cruz Alta, Hemetério José Veloso da Silveira.

O Juiz em deslocamento desde Cruz Alta até a Vila de Passo Fundo, nos anos de 1861 e 1865, transitou na ida e na volta pelo local junto ao passo do arroio Carazinho. Ali em sua primeira viagem, na primavera de 1861, encontrou quatro ranchos e uma bodega. Hemetério travou conhecimento com o bodegueiro. Este, de nome Sebastião Camargo, manifestou ao Juiz a intenção de legalizar a localidade, fundar uma sede de freguesia. Obter a categoria de freguesia para a incipiente povoação era o primeiro passo para torna-la povoado, mais tarde vila e quiçá, algum dia, cidade. Para tal era necessário, naquela época, edificar um templo religioso e doar uma área de terras à Igreja católica. Todavia nem o bodegueiro, nem os demais moradores possuíam propriedade ou meios financeiros suficientes para cumprir a exigência eclesiástica. Em obra publicada em 1909 Hemetério Veloso, a propósito de Carazinho no início da década de 1860, escreveu:

A esse tempo não tinha mais de quatro casas, distanciadas entre si, sendo residências de outros tantos proprietários. Uma delas na descida de um atalho para o arroio era de negócio e pertencia a Sebastião de Camargo (há muito falecido) o qual pensava em fundar uma freguesia. Mas o primeiro passo a dar seria a edificação de uma capela, que, conforme a legislação eclesiástica, tivesse



o competente patrimônio ou passal.

Nas outras três vezes em que esteve na bodega o principal assunto abordado por Camargo e seus vizinhos foi o sonho de formarem ali naquele lugar uma freguesia, oficializando um povoado. A povoação possuía uma boa aguada, o arroio Carazinho, uma estrada, o caminho das tropas, e até um mercadinho, a bodega do Sebastião, faltava a capela.

Decorreram 20 anos até que um documento público datado de 21 de janeiro de 1881, lavrado por Antonio Umbelino d'Oliveira, escrivão do Juiz de Paz, garantiu o terreno para a Cúria Diocesana. Em 28 de dezembro de 1880, perante testemunhas, o casal Possidônio Ribeiro de Sant'Anna Vargas e Placidina da Rocha Vargas manifestou ao escrivão que doavam ao Senhor Bom Jesus, em honra ao filho falecido Pedro Vargas, um terreno de 1.506.000 m² (um milhão e quinhentos e seis mil metros quadrados) no valor de 200\$000 (duzentos mil réis). O casal declarou que havia herdado essa terra de seu filho Pedro, que a havia adquirido de Manoel Francisco Martins. Consta entre os proprietários lindeiros herdeiros do finado Sebastião José de Camargo, o bodegueiro citado pelo Juiz Hemetério Veloso. O casal Vargas declarou ainda ao Escrivão que o terreno estava *já ocupado por moradias do povo d'este Districto [Jacuizinho] e que faziam a doação a fim de dar continuidade ao povo começado*. Povo, no caso, significa povoação.

Na época da doação já havia uma área de 52.592 m² povoada, que com o acréscimo da área doada fez os 1.558.592 m² constantes do mapa do Povoado do Carasinho no início do século XX. Em 16 de janeiro de 1908 a Cúria Diocesana de Santa Maria providenciou o registro cartorial da Escritura pública de doação, constou como Adquirente: *Senhor Bom Jesus Padroeiro do Povo Começado do Carasinho*.

Abolicionismo em Carazinho

Os autores que têm escrito sobre o passado de Carazinho pouco ou nenhum destaque dedicaram à presença dos afrodescendentes, seja no município, seja na cidade. Em razão disso são reduzidos os dados de que se dispõe. Há o entendimento vulgar da não participação dos negros no povoamento de Carazinho.

Contudo desde os primórdios da formação carazinhense a participação dos afrodescendentes é bem significativa. Os paulistas que na segunda metade da década de 1820 vieram se estabelecer nos campos da atual área carazinhense, em parcelas concedidas, trouxeram muitos afrodescendentes escravos e libertos, para servirem nos trabalhos mais pesados. Um fato que merece atenção são os números absolutos e relativos acusados no recenseamento populacional realizado no ano da criação do 4º Distrito, 1858. Denominado Jacuhyzinho (também grafado Jacuizinho), mais tarde Carasinho, o 4º Distrito deu origem em 1931 ao Município de Carazinho. O censo de 1858 constatou no Jacuhyzinho 1.310 habitantes, sendo: 980 livres, 15 libertos e 315 escravos. A população indígena era desconsiderada, a não ser os índios aculturados convertidos em peões e recenseados na categoria “livre”. Tendo em vista que escravos e libertos eram afrodescendentes, conclui-se que representavam mais de um quarto da população total, isto é, mais de 25%. Por outro lado em 1884, dados oficiais revelam “diminuto o elemento estrangeiro”. No caso “elemento estrangeiro” significava imigrantes europeus e seus descendentes.

Em 11 de outubro de 1884 a Câmara Municipal constituiu comissões abolicionistas distritais. No Jacuizinho foram nome-



ados Antônio Ribeiro de Sant'Anna Vargas, capitão João Luiz dos Santos, Firmiano Pereira de Quadros e tenente Braz Ferreira Martins. A função desta e das outras comissões distritais era obter a libertação de escravos. Os métodos eram dois, o primeiro era sensibilizar o proprietário a libertar sua “peça” (ou suas “peças”), o segundo, quando o dono não queria abrir mão de seu “direito à propriedade”, a comissão adquiria o escravo sem “prejuízo” (e até com lucro) do proprietário e dava-lhe a liberdade. Não se conhece quantos escravos foram libertados no 4º Distrito, menos ainda em relação aos métodos usados. No conjunto do município sabe-se que por interferência da Câmara Municipal, entre os dias 3 e 28 de setembro, foram libertados 300 escravos. Criadas as comissões distritais, em 11 de outubro, até 2 de dezembro foram libertados mais 246 escravos. Desses 546 libertos não se sabe quantos no Jacuizinho. Também é desconhecido quantos não foram libertados por serem propriedade de órfãos, interditos ou ausentes, cuja liberdade era proibida pelas leis da Monarquia, escravos só libertados após promulgada a lei de 13 de maio de 1888.

Em 21 de maio de 1932, na Vila de Carasinho, foi fundada a Sociedade Recreativa “Flor da Serra”. Conhecida como “Sociedade dos Morenos” foi sempre um baluarte de resistência e promoção social dos afrodescendentes carazinhenses. Referência nos carnavais, além das atividades recreativas, o Flor da Serra sempre teve realce pelos eventos culturais levados a efeito. Seu primeiro presidente foi Fernandes Marcondes. A primeira sede social, em madeira, foi destruída por incêndio em 6 de abril de 1950. Cinco meses após foi inaugurada a nova sede, desta vez em alvenaria, existente até os dias atuais. Hoje, em Carazinho, a Sociedade Recreativa “Flor da Serra” é o segundo mais antigo clube social em funcionamento.



Exército de Saraiva em Carazinho

No dia 2 de fevereiro de 1893, o Coronel Gomercindo Saraiva, a frente de um contingente de 400 homens mal armados, atravessou a fronteira nos cerros de Aceguá. Estava deflagrada a sangrenta “revolução da degola”. Após várias escaramuças e combates, com destaque para o de Inhanduí, em 3 de maio, com derrota dos rebeldes, o Exército “maragato” ao comando de Gomercindo no posto de general retirou-se da região da Campanha e tomou rumo ao norte. A 14 de outubro os revoltosos, vindos de Cruz Alta, estacionaram durante o dia em Carazinho para bivaque. O médico baiano Ângelo DOURADO, chefe dos serviços de saúde do exército rebelde no posto de coronel, relata nas páginas 57 e 58 de seu diário de campanha publicado em 1896 sob o título Voluntarios do Martyrio. Factos da Guerra Civil:

Perto de Passo Fundo há uma pequena povoação com o nome de Carasinho. Os moradores do lugar sabendo de nossa aproximação e pelo que diziam de nós os castilhistas, para aterrorizal-os, fugiram todos para o matto, levando consigo velhos e crianças. Só uma mulher ficou ali e nos dizia: que tinha ficado, porque preferia nos vêr, a ir morrer de frio no matto e que afinal os outros é que eram máus porque prendiam, açoitavam e matavam, e que nós passamos sem nada fazer, sem arrombar uma casa. Aconselhei-a que fosse ao matto, que não era longe, chamar aquella pobre gente para suas casas.

Antes de me retirar já eles começavam a apparecer. No cemitério do lugar ha um carneiro feito ha pouco tempo, onde por unico ornamento ostenta-se com todas as suas cores e bem desenhado o antigo emblema do Brazil com a corôa imperial. O que ali está, dizem, vendo os horrores que se praticava em nome da republica,



se enfermára e conhecendo que ia morrer, ordenára que lhe pintassem no tumulo as armas do império.

[mantida a grafia original]

O Dr. Angelo Dourado, Coronel do Exército Libertador, como vem identificado na folha de rosto e no prefácio do livro, iniciou a narrativa na Serrilhada em 23 de julho de 1893 e concluiu em Bagé em 10 de setembro de 1895. Publicação no ano seguinte na cidade de Pelotas pela Typographia a vapor da Livraria Americana. Dourado, que em diversas passagens revela sua simpatia pela Monarquia e contrariedade com a República, não registrou o nome do carazinhense monarquista cujo último desejo fora ser sepultado em tumba decorada com as cores e armas imperiais.

Seguindo seu projeto de enfrentar não apenas o governo estadual sob o mando de Júlio de Castilhos, mas também hostilizar o Presidente Floriano Peixoto, apoiador de Castilhos, o exército comandado por Saraiva seguiu em direção a Santa Catarina, onde com apoio dos marinheiros da Revolta da Armada fora instalado um governo rebelde. Passando ao Paraná chegaram à Lapa, cujo cerco foi mantido por 26 dias, donde regressou ao Sul. Demandando a região da Fronteira as tropas chefiadas por Gomerindo e Prestes Guimarães foram barradas, pelas forças legalistas, no dia 27 de junho de 1894 a 12 quilômetros a Oeste do centro da cidade de Passo Fundo. Ali no campo dos Melo, junto à estrada para Carazinho, na altura do atual distrito do Pulador, feriu-se a Batalha de Passo Fundo. No entardecer daquele dia, após seis horas de combate, ambas facções contendoras retiraram-se do campo de batalha sem que houvesse vencidos, nem vencedores. Os “maragatos” que intencionavam seguir por Carazinho e Cruz Alta, tiveram que desviar-se por Soledade. Pelo Povoado do Carazinho transitaram, de retorno, os “pica-paus”.



Barragem de Madeira

Produto tão importante e de tão larga utilização na vida carazinhense que mesmo uma barragem para usina hidroelétrica foi construída em madeira. Em 1909 o Rio da Glória foi represado no Distrito Não-Me-Toque, entre São José do Umbu e São José do Centro, por uma barragem de madeira. Formou-se um lago artificial de cinco quilômetros de comprimento para alimentar a Usina Elétrica constituída de uma turbina horizontal de 120 CV. Esta usina hidroelétrica conhecida como Usina São José fornecia durante o dia energia para mover os motores das serrarias próximas e à noite iluminação para as residências.

A barragem de madeira é apenas um detalhe, curioso e pitoresco, do uso desse produto natural em Carazinho. Os prédios, residenciais e outros, quer na área urbana, quer na área rural, em sua absoluta maioria, eram edificadas em madeira. Na Rua do Comércio, hoje Avenida Flores da Cunha, os passeios públicos eram tablados de madeira. Não havia muros, a separação dos terrenos era feita por cercados confeccionados com ripas de madeira.

Além do seu intensivo uso no conforto dos moradores e na infraestrutura a madeira foi durante cerca de meio século o mais significativo produto da economia carazinhense. Iniciado ainda no século XIX o extrativismo madeireiro teve seu período de maior pujança nas décadas de 1930 e 1940, garantindo o rápido incremento da economia do novo município. Nos vinte primeiros anos que se seguiram à emancipação o crescimento urbano de Carazinho esteve diretamente relacionado à atividade madeireira. O desempenho da economia, municipal e regional,



refletiu-se na expansão da área urbana em território, em população e, em menor escala, na infraestrutura e desenvolvimento sociocultural.

Antes da emancipação Carazinho já vinha constituindo-se como maior empório madeireiro do planalto gaúcho. O primeiro locomóvel a equipar uma serraria de madeira e fábrica de caixas foi instalado antes de 1908. Em 1912, por iniciativa do industrialista José Stangler, ocorreu a primeira exportação de madeira para o exterior, destino Argentina. Em 1929 das 362 empresas madeireiras registradas no município de Passo Fundo 174 (48,07%) localizavam-se no 4º Distrito, Carazinho.

Destinadas à exportação as madeiras de pinho (araucária) da melhor qualidade, brutas ou aplainadas, eram embarcadas nas estações ferroviárias de Carazinho, São Bento e Pinheiro Marcado. Carazinho atendia os mercados externo e interno. Igualmente produzia artigos de madeira ligados ao comércio exterior: aplainados, caixas para acondicionamento de produtos, barricas “bordalesas” para charqueadas, saladeiros e frigoríficos exportadores de carnes salgadas. Outro produto madeireiro era a denominada pasta mecânica, destinada à fabricação de papel e papelão, cuja maior quantidade era exportada.

Integravam também a atividade madeireira, na condição de produtos secundários ou subprodutos, dormentes para a via férrea, postes para redes elétricas e telefônicas, palanques para alambrados de campos no Sul, lenha para locomotivas, locomóveis, caldeiras. Carazinho abasteceu, com lenha, frigoríficos localizados na região da Fronteira. O nó de pinho era usado como combustível e para produzir alcatrão e carvão, este empregado no fabrico da pólvora.



O Período Madeireiro Carazinhense

O extrativismo madeireiro, iniciado no então distrito do Jacuizinho ainda no século XIX, teve seu período de maior pujança nas décadas de 1930 e 1940. Garantiu o crescimento rápido da economia do recém criado município. Nos vinte primeiros anos após a emancipação o crescimento urbano de Carazinho esteve diretamente ligado à atividade madeireira. O desempenho da economia municipal e regional, refletiu-se na expansão da área urbana em território, em população e, em menor escala, na infraestrutura e no desenvolvimento sociocultural. A principal extração era a de madeira de pinho, o pinheiro brasileiro, *Araucaria angustifolia*. A madeira de melhor qualidade, bruta ou aplainada, era destinada à exportação. A primeira partida exportada foi realizada pelo industrialista José Stangler, em 1912, com destino à Argentina.

Inicialmente o desdobro das toras em tábuas, caibros, barrotos era feito em estaleiros nos quais a movimentação e serradura dependiam do braço humano. A força mecânica começou a ser usada no final do século XIX mediante o aproveitamento da energia hidráulica. Seguiu-se o uso da força motriz gerada pelo locomóvel a qual permitia muito maior autonomia das instalações, além da mobilidade. O locomóvel é um motor a vapor. Esta era outra grande vantagem do locomóvel, seu combustível é a lenha cujo custo nas serrarias era praticamente zero.

Essas máquinas eram importadas da Alemanha e da Inglaterra. O primeiro locomóvel de que se tem notícia, no distrito, funcionou na serraria, fábrica de caixas e barris da empresa Kreiser & Cia. É o que se deduz do relatório mandado confeccionar



pela Intendência Municipal de Passo Fundo em 1908. A máquina era uma Lanz & Manhein de 25 CV instalada, possivelmente, em 1904. Na década de 1910 contavam-se 150 serrarias serrando dia e noite, a maioria delas equipadas com locomóvel. Em 1929 estavam registradas, no 4º Distrito, 174 empresas madeireiras.

Além do pinho em toras e tabuas havia, em razão do aproveitamento de outras espécies arbóreas, em especial a ditas “madeiras de lei”, a produção de dormentes para vias férreas, postes para redes elétricas e telefônicas, palanques para alambrados. Também lenha para os locomóveis, locomotivas e caldeiras. Carazinho abasteceu, com lenha, frigoríficos localizados na região da Fronteira. O nó de pinho fornecia alcatrão e carvão, este usado na fabricação de pólvora. Parte da madeira era industrializada em Carazinho, aplainados, caixas para acondicionamento de produtos de exportação e para o mercado interno, barricas “bordalesas” para charqueadas, saladeiros e frigoríficos exportadores de carnes salgadas. Outro produto madeireiro era a pasta mecânica destinada a produção de papel e papelão.

A ferrovia foi o principal meio utilizado no transporte da madeira, seus derivados e subprodutos. As estações de embarque eram Carazinho, São Bento e Pinheiro Marcado. O destino eram os mercados nacional e internacional. Maior importador a Argentina, reexportava para a África do Sul, a qual por sua vez abastecia países europeus, estes de fato, grandes consumidores do pinho brasileiro.

Carazinho também consumia apreciável parte da madeira produzida, pois apenas a de qualidade superior era exportada. Os prédios residenciais e outros, nas áreas urbanas e rurais, em sua absoluta maioria eram construídos em madeira. Na Rua do Comércio os passeios públicos eram tablados de madeira. A

Barragem do Rio da Glória também era de madeira. Em 1909 a barragem construída em madeira represou o caudal entre São José do Umbu e São José do Centro, distrito de Não-me-Toque, formando um lago artificial de cerca de cinco quilômetros de comprimento. A função era fazer girar uma turbina horizontal de 120 CV.



Aspirações Emancipacionistas Frustradas

No início do século XX Carazinho, tanto sua sede distrital, como todo 4º Distrito, apresentava franco crescimento populacional e socioeconômico. Fazia-se sentir mudanças no perfil econômico, na composição étnica e no caráter sociocultural do povoado e do distrito. Concomitantemente ocorria o realinhamento da matriz produtiva. O tripé erva-mulas-gado vacum estava sendo gradativamente substituído pelo binômio madeira-produtos coloniais. O surto comercial e industrial e o consequente câmbio de mentalidade animaram o sentimento emancipacionista dos carazinhenses.

Na primeira década do século XX ideias de emancipação já circulavam entre os carazinhenses. No jornal local O Carasinho, edição de 3 de outubro de 1908, extenso artigo descrevendo os avanços da indústria, comércio e serviços no povoado e distrito, destacava:

Que nos falta, pois, para figurarmos, diretamente, brilhantemente, no concerto da belíssima conexão municipal do nosso heroico e glorioso Estado?

- Um única cousa:

Villar Carasinho

E esta é uma ideia que já está fortemente incrementada na alma popular do nosso districto.

Na linguagem da época “villar” significava emancipar. Em meados dos anos 1910 ocorreu forte movimento emancipacionis-



ta. O 4º distrito desfrutava de todas condições socioeconômicas para a emancipação político-administrativa. Contudo interesses político-partidários e econômicos de lideranças passo-fundenses do Partido Republicano Riograndense levaram o Presidente do Estado e chefe supremo do PRR, Borges de Medeiros, a optar pela municipalização do 8º distrito em detrimento de Carazinho. Assim a Colônia Erechim, criada em 1910, tornou-se município em 18 de junho de 1918, na forma do Decreto nº 2.342, de 30 de abril de 1918, tendo por sede a Vila de Boa Vista, antiga povoação Paiol Grande, atual cidade de Erechim.

Para o PRR, no governo estadual e municipal, convinha emancipar (separar) de Passo Fundo a “colônia” Erechim, onde a forte presença de eleitores “maragatos” colocava em perigo, no município, a manutenção do controle da Intendência e as (re) eleições de deputados “chimangos”. Por outro lado, interesses econômicos de chefes “chimangos” passo-fundenses não podiam dispensar o controle direto de Carazinho. A colonização do Alto Jacuí estava em mãos de “laranjas” do chefe republicano e deputado estadual Coronel Gervásio Lucas Annes (falecido em 4 de abril de 1917). A colonização da área de Sarandi estava ligada ao outro chefe do PRR, doutor Nicolau de Araújo Vergueiro.

O Intendente Municipal de Passo Fundo, Pedro Lopes de Oliveira, o coronel Lolico, defendia a emancipação de Carazinho, porém a maioria do diretório municipal do PRR, sob a liderança vergueirista, obedeceu as ordens do Palácio e os interesses dos chefes. A derrota do pleito carazinhense, também foi uma derrota pessoal do coronel Lolico, frente ao doutor Vergueiro, na sucessão de Gervásio Annes.

Descontentes com a atitude do doutor Medeiros e da direção partidária municipal líderes republicanos, apoiados pelo co-

ronel Lolico e outros chimangos passo-fundenses, criaram uma dissidência e aliaram-se aos federalistas. As repercussões ficaram evidentes nas eleições em 15 de novembro de 1922, nos eventos de janeiro de 1923 e no massivo apoio à Revolução de 1930.

A frustração política pela não-emancipação não paralisou o desenvolvimento social e econômico do povoado e do distrito. Refletia a posição de polo dinâmico do Alto Jacuí. O crescente extrativismo madeireiro, a colonização em efervescência, a via férrea, permitindo rápido acesso às principais praças comerciais do estado, à São Paulo e à Capital Federal, sem esquecer a velha “estrada das tropas”, aumentavam continuamente a importância geopolítica de Carazinho.



Enfrentamentos pela Emancipação de Carazinho

A emancipação político-administrativa de Carazinho, alcançada em 1931, aparece em alguns escritos como dádiva de Flores da Cunha ao povo carazinhense. Ideia incorreta, não obstante a boa vontade, a presteza e mesmo o entusiasmo do Interventor Federal na criação do município. É inegável ser a emancipação uma conquista porfiada ao longo de mais de 20 anos, inclusive com o recurso às armas.

Na primeira década do século XX circulavam no povoado ideias autonomistas. O movimento emancipacionista carazinhense tomou vulto em meados da década de 1910. Todavia foi frustrado pelos interesses político-partidários do Partido Republicano Riograndense, tanto no âmbito regional, como estadual, e pelos interesses econômicos de líderes chimangos passo-fundenses. Mas a luta continuou. Pela causa comum uniram-se, em Carazinho, chimangos e maragatos. Nas eleições para Presidente da República, em março de 1922, o 4º distrito sob a liderança do republicano histórico coronel Menna Barreto aderiu maciçamente ao candidato Arthur Bernardes. O candidato de Borges era Nilo Peçanha. Em 15 de novembro de 1922, Borges concorreu à reeleição em busca de um quinto mandato. A oposição, formada pelo Partido Federalista com o apoio dos republicanos dissidentes e dos republicanos democratas, apresentou para concorrer Assis Brasil, um dos fundadores do PRR em 1882. O eleitorado carazinhense, liderado pelos coronéis Menna Barreto e Salustiano de Pádua, posicionou-se maioritariamente ao lado de Assis Brasil. No dia da eleição 200 carazinhenses pró Borges de Medeiros tomaram o misto e foram votar em Passo Fundo.



Na mesa eleitoral que funcionou no 4º distrito Assis Brasil recebeu 279 votos. Porém, na Assembleia de Representantes (atual Legislativa) a Comissão de Constituição e Poderes, formada por três deputados do PRR, considerou que em Carazinho “não houve eleição”, os 279 votos não foram contados. Com esta e outras “depurações” a Comissão conseguiu, em 16 de janeiro de 1923, apresentar um relatório dando a vitória a Borges. No dia 25 a Assembleia aprovou o relatório e deu posse ao eleito.

Dia 24 de janeiro de 1923, véspera da quinta posse, Carazinho levantou-se em armas contra o doutor Medeiros, considerado o “usurpador”. O movimento foi chefiado pelos coronéis Menna Barreto e Salustiano de Pádua, apoiados pelos passo-fundenses coronel Lolico e Arthur Caetano, um dos três deputados estaduais federalistas (o PRR tinha 33 deputados). Estando a tropa rebelde reunida no Capão da Glória um pequeno efetivo comandado por Barreto e Salustiano ocupou a Estação Ferroviária apossando-se do telégrafo. Arthur Caetano da Silva telegrafou a Arthur da Silva Bernardes:

Senhor Arthur Bernardes, Presidente da República – Rio de Janeiro – Situação de desespero criada pelo borgismo compressor e sanguinário, transformou, hoje, nossa altiva região serrana em acampamento militar. Quatro mil cidadãos levantaram-se em armas na mão, contra a usurpação do tirano. Sobre Passo Fundo caíram as cóleras da ditadura, porque Passo Fundo foi o baluarte do bernardismo no Rio Grande do Sul. Não haverá mais sangue se o ditador renunciar, incontinenti, ao seu falso mandato, ou se V. Exa. desdobrar, sobre nossas plagas infelizmente, as garantias que se nos falecem, integrando o Rio Grande no concerto da nação brasileira. (a) Arthur Caetano



Após ocuparam a Sub-Intendência onde foi lavrada a ata de emancipação do 4º Distrito. A nova unidade político-administrativa foi nominada Assisópolis. A guerra civil espalhou-se por todo estado. Em 14 de dezembro o Pacto de Pedras Altas selou a Paz, Borges permaneceu no poder. A emancipação de Assisópolis foi desconsiderada. Carazinho ainda teve que esperar a Revolução de 30 para se emancipar. Contudo 23 foi um marco importante.

É de se supor não ser mera coincidência o fato de Flores da Cunha haver escolhido o dia 24 de Janeiro para assinar o decreto de emancipação de Carazinho.



As eleições estaduais de 1922 em Carazinho

No ano de 1922 as eleições para Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, cargo hoje correspondente a Governador, foram alvo de contestações a ponto de gerarem uma guerra civil iniciada em Carazinho. Até os dias atuais existem dúvidas sobre as cifras apuradas. Concorreram Antônio Augusto Borges de Medeiros e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Borges, no cargo de Presidente desde 25 de janeiro de 1898, com o intervalo do mandato de 1908 a 1913, concorria à reeleição para seu quinto mandato. Borges foi presidente “perpétuo” do Partido Republicano Riograndense de 1903 a 1929, quando o PRR foi extinto. Assis, o mais destacado entre os republicanos históricos dissidentes e um dos quatro fundadores do PRR em 1882, concorreu pelo Partido Federalista representando toda oposição.

No contexto daquela época a regra era sempre a eleição do candidato oficial, fosse no município, fosse nos estados, fosse em âmbito nacional. Não havia Justiça Eleitoral. As listas eleitorais eram organizadas no próprio município, às vésperas de cada eleição, pelo Intendente, auxiliado pelo delegado de polícia na sede municipal e pelos comissários nos distritos. Na prática a maioria dos eleitores era arbitrariamente escolhida. Mulher não votava. O voto era a descoberto. Finalizada a votação o Intendente, o delegado ou o comissário, encarregava-se da apuração dos votos, os resultados acompanhados das listas de votantes eram encaminhados à Assembleia de Representantes (atual Legislativa) para “o exame, contagem e depuração dos votos”. Os colégios eleitorais eram restritos, a média de eleitores nos 72 municípios gaúchos no pleito de 22 foi cerca de 7% da população. Há que considerar que em termos nacionais não atingia 3%. Apesar dos

pesares no RS havia mais “democracia” que no resto do Brasil!

As lideranças anti-borgistas, federalistas e republicanos dissidentes, tinham noção da absoluta ausência de condições de vitória eleitoral. Todavia a Constituição Estadual (castilhista) de 1891 exigia que no caso de reeleição era preciso atingir o coeficiente de 75%. Destarte o fito da candidatura de Assis Brasil era forçar nova eleição na qual o “Chimango” não poderia concorrer.

Carazinho, 4º distrito de Passo Fundo, era um dos raros redutos assististas. Em 17 de outubro o coronel Menna Barreto, republicano histórico, lançou com apoio do coronel Salustiano de Pádua, maragato de longa data, e de importantes lideranças federalistas e dissidentes republicanos, um manifesto pró Assis Brasil. No dia 5 de novembro foi inaugurado o comitê assistista sob a presidência de Salustiano de Pádua. No dia 25 de novembro houve distúrbios no povoado sede do 4º distrito e desentendimento junto à mesa eleitoral. Por esse motivo cerca de 200 chimangos carazinhenses tomaram o misto rumo à Passo Fundo. Às 15 horas desembarcaram no apeadouro do Hotel Internacional seguindo incorporados e dando vivas a Borges de Medeiros até o Fórum, ao lado da Intendência, votar na mesa eleitoral ali instalada.

No relatório/parecer apresentado aos deputados em 16 de janeiro de 1923 pela Comissão de Constituição e Poderes constou no item Passo Fundo: *No 4º districto do município, lugar denominado Carasinho, não houve eleição. Nada é dito a propósito de eleitores do distrito que teriam ido votar na sede municipal.* Na contestação apresentada pelos procuradores de Assis Brasil consta: *[...] a mesa de Carasinho, que funcionou regularmente, conforme documentos que ora juntamos, dando ao dr. Assis Brasil 279 votos [...].*



Terrenos do Senhor Bom Jesus

Attico, Bispo de Santa Maria, por ocasião de visita pastoral, determinou em Portaria datada de 4 de fevereiro de 1924 o prazo improrrogável até 31 de dezembro daquele ano para legalização dos títulos de propriedade dos terrenos da Mitra. Para tal efeito os ocupantes dos lotes deveriam dirigir-se, por meio de requerimento, à Comissão encarregada. Nomeada por Dom Attico Eusébio da Rocha, “para tratar dos negócios referentes aos terrenos do Senhor Bom Jesus, do Carazinho”, era constituída pelo Presidente: Padre Pedro Wimmer, pelo Tesoureiro: Gustavo Stangler, e pelos Conselheiros: Eduardo Graeff, Pedro Caruso, José Verríssimo de Noronha, Gervásio Albuquerque, Pedro Pereira. No caso de ocupantes pobres a Comissão estava autorizada a parcelar o pagamento em prestações mensais, porém o terreno só seria escriturado após a última prestação.

Qual a origem desses terrenos? Durante a Monarquia a união entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica dava a esta o direito de exigir a doação de uma área de terras para que uma povoação fosse oficializada e seu templo religioso fosse reconhecido. Um sistema de foros (espécie de aluguel de lotes) garantia a manutenção dos serviços religiosos, já que os sacerdotes eram pagos pelo governo (pagamento denominado prebenda ou cozeira). Com a Proclamação da República o Brasil tornou-se um Estado Laico, desfez-se a união, a Igreja Católica deixou de ser a religião oficial e única permitida. Uma das consequências, as terras doadas deixarem de ser consideradas área público-religiosas, as chamadas “terra do santo”, ou “terra da santa”, e deverem ser adequadas ao estatuto geral da propriedade fundiária, a Lei de



Terras de 1850, passando à propriedade da respectiva Mitra Diocesana. Porém cada diocese foi resolvendo a questão a seu modo e a seu tempo, tanto é que na década de 1980 a CNBB criou uma comissão especial para que todas dioceses liquidassem de uma vez por todas com tais propriedades.

No caso específico de Carazinho, a ideia de fazer tal doação, para obter o reconhecimento do lugar e oficialização de Capela, vinha desde 1861 segundo registra Hemetério José Velloso da Silveira, Juiz de Direito da Comarca de Cruz Alta. Em 1872, segundo a tradição, numa tarde de domingo junto a uma cancha de carreiras, um moço de nome Pedro Vargas, então com 28 anos de idade, tomou a iniciativa de arrecadar dinheiro para adquirir uma parte de campo a ser doada. Arrecadou 200\$000 (duzentos mil réis). Em 1878, o rapaz que negociava com tropas de gado, morreu afogado (não se sabe se no rio da Várzea ou no arroio dos Cabritos), solteiro, sem descendentes e sem prestar contas da verba arrecadada. Em 28 de setembro de 1880 os pais de Pedro, Possidônio Ribeiro de Sant'Anna Vargas e Placidina da Rocha Vargas, perante o Escrivão de Paz, doaram em honra ao filho falecido uma área de 1.506.000 metros quadrados, no valor de duzentos mil réis, ao Senhor Bom Jesus.

Os terrenos negociados em 1924 eram todos terrenos contidos na área doada. Em mapas do início do século XX o Povoado do Carazinho aparece com uma área total de 1.558.592 m². Havia anteriormente à doação uma área povoada (o dito “povo começado”) de 52.592 m² à qual foi acrescentada a parte doada pelo casal Vargas.



Barracão Liberal

Em 3 de outubro de 1930 o Rio Grande do Sul tomou em armas para por fim ao sistema eleitoral que por meio de fraudes sempre dava a vitória ao candidato do detentor do poder. Tal sistema era facilitado pela inexistência de Justiça Eleitoral, pela inexistência do Voto Secreto, pelo reduzido número de cidadãos habilitados a votar. As mulheres não tinham o Direito ao voto, muito menos, o de serem votadas. A média nacional de votantes não alcançava 3% da população. Além da questão eleitoral, havia a exigência de legislação trabalhista, modernização do País, entre outras.

Nos primeiros dias de outubro tropas precursoras começaram transitar via férrea pela estação Carazinho. As composições, plenas de soldados, ao estacionarem para reabastecer as locomotivas, de água e lenha, eram assediadas pela população. Queriam vê-los, saudá-los, encorajá-los. Ofereciam aos militares que seguiam para a frente de combate, alimentos, guloseimas, lembranças. Pão, salame, queijo, schimia, frutas, chocolate, café, chimarrão, cigarros. Tudo distribuído com fartura. Os colonos chegavam com suas carroças carregadas com pão de milho, salame, carne, torresmo e outros alimentos. Junto à estação, ali no atual Largo 3 de Outubro, foi montada uma cozinha de campanha, em painéis cozinhavam, dia e noite, comida quente para oferecer aos soldados em trânsito e para alimentar o pessoal que ali permanecia em vigília. Esse “bivaque” espontâneo ficou conhecido com Barracão Liberal. Tanto o povo do povoado, como o do interior, contribuiu das mais variadas formas, inclusive com serviço. Cada um oferecia o que tinha, o novo vigário (havia



assumido em 21 de junho de 1929), Padre João Baptista Sorg, juntou o estoque de santinhos e mandou um grupo de meninas e meninos distribuí-los aos soldados. As Irmãs de Notre Dame esgotaram o estoque de santinhos e medalhinhas que possuíam, meses depois reabastecido pela remessa vinda dos Estados Unidos.

Dia 13 chegou o esperado trem presidencial. A bordo, além de Getúlio, os principais líderes civis e militares da subversão. O Chefe Supremo anota em seu Diário:

Grandes festas em Carasinho, onde um ranhão fornece permanentemente café, doces e cigarros às tropas que passam. Aí oferecem-me uma grande bandeira vermelha, com a divisa tirada de uma frase do manifesto – “Rio Grande, de pé pelo Brasil”.

Na despedida houve discursos inflamados. Guilherme Schutz Filho fez a saudação oficial em nome do povo carazinhense. No início da noite a viagem prosseguiu. Em todo trajeto, desde Porto Alegre até o Rio de Janeiro, o povo deixou patente seu entusiástico apoio à causa revolucionária. Nas estações ferroviárias havia música e foguetório, discursos, declamação de poesias patrióticas pelas meninas das escolas. Contudo, foi o Barracão Liberal o que mais impressionou Vargas e seus camaradas de luta. Todos foram favoravelmente surpreendidos pela recepção e adesão dos carazinhenses. Algo excepcional naquela jornada, da qual no dizer arrebatado de Flores da Cunha: *Ou se volta com honra, ou não se volta mais!*

Ao longo daqueles dias e noites de mobilização que se estenderam até 24 de outubro, calcula-se haver transitado pela estação Carasinho um efetivo militar de 30 a 50 mil homens. Cada composição transportava em média 1.500 combatentes. Vitorio-

sa a Revolução, o General Flores da Cunha, no cargo de Interventor Federal, não tardou em cumprir o prometido no Barracão:

Quero trazer o pendão da vitória numa das mãos e na outra o pergaminho da emancipação de Carazinho.



Legião Prestes Guimarães

Deflagrada, em 3 de outubro de 1930, a revolta que depôs o presidente Washington Luiz e colocou na presidência da República Getúlio Dornelles Vargas de pronto o povo de Carazinho posicionou-se ao lado dos rebeldes. O apoio à Revolução de 30, no povoado e no distrito, deu-se de variada maneira. Carazinhenses engajaram-se em diferentes contingentes militares que seguiram para as frentes de combate. O maior destaque, todavia, deveu-se ao Barracão Liberal e à Legião Prestes Guimarães. No Barracão Liberal as tropas em trânsito receberam calorosa acolhida. Além do apoio moral foram obsequiadas com café, chá, chimarrão e outras bebidas, refeições quentes, pão de milho, bolachas, doces, salame, queijo, tanto para consumo no momento, como para levar na jornada. Também foram distribuídos cigarros e santinhos.

Enquanto os combatentes e suas lideranças civis e militares recebiam esse carinhoso apoio, um grupo de carazinhenses preparava-se para seguir incorporados em uma unidade recrutada localmente, a Legião Prestes Guimarães. Assumiu o comando o maragato Salustiano de Pádua, veterano de 93 e 23. A Legião contava com um efetivo de 321 homens assim distribuídos: 1 Tenente-Coronel Comandante, 1 Major Fiscal, 1 Capitão Ajudante, 1 Capitão Médico, 4 Capitães Comandantes de Esquadrão, 4 Primeiros Tenentes, 10 Segundo Tenentes e 299 praças. Nos poucos documentos que se conservaram não consta a discriminação do número de sargentos, cabos e soldados. Pelo número de oficiais depreende-se a possibilidade da formação de um regimento com quatro esquadrões, sendo que o número de praças correspondia

a apenas um esquadrão. Havia mais “caciques”, do que “índios”!

Certamente tão logo, ainda no dia 3, as lideranças locais receberam a senha “O que que há?” e responderam com a contra-senha “É o que se vê!”, iniciou-se a mobilização, organização e treinamento do plantel de combatentes. A Brigada Militar remeteu o necessário armamento, munição e equipamento. Os uniformes foram confeccionados nas dependências da Escola Nenê Dillemburg Sassi”, cedidas pelas Irmãs de Notre Dame.

Felizmente a revolta não teve oposição. A “velha república dos coronéis” e o governo do “homem de Macaé” estavam tão desmoralizados e sem apoio popular, nem militar que a Revolução de 30 rapidamente se fez vitoriosa. No dia 24 de outubro o presidente foi deposto e mandado para Paris. Nesse mesmo dia o Coronel Salustiano recebeu ordem telegráfica determinando a desmobilização. Na sequência foi providenciada a remessa do numerário destinado ao pagamento das etapas pelos dias de serviço, das despesas de mobilização, alimentação do pessoal e outros gastos.

No mês de novembro veio a Carazinho a comissão da Brigada Militar encarregada de recolher o material bélico disponibilizado à Legião e o resgate da verba sobranante, além fazer a tomada de contas. Os líderes do grupo pró-Vilamento aproveitaram a presença do Major Marcelino Rodrigues da Silva, comandante da comissão, para apresentar a importante reivindicação. Sem perda de tempo o Major, diretamente do povoado, telegrafou para o Palácio do Catete lembrando ao General Flores da Cunha, que lá se encontrava, a promessa de elevar Carazinho à categoria de Vila, o que na época significava a Emancipação Municipal.

Decreto nº 4.709 Crêa o município de Carazinho

Decreto de Emancipação de Carazinho, transcrição em ortografia atualizada, cf. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 16 de dezembro de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.

Secretaria do Interior. – Decreto nº 4.709, de 24 de janeiro de 1931 – Cria o município de Carazinho

O Interventor Federal do Rio Grande do Sul, na conformidade do art. 20, nº 15 da Constituição e art. 1º do Decreto nº 4.311, de 15 de maio de 1929.

Considerando que o referido território, com uma população de cerca de trinta e nove mil habitantes, tem comércio e indústria bastante desenvolvidos, pois, em 1929, contribuiu para os cofres municipais [passo-fundenses] com renda superior a 250:000\$000 [duzentos e cinquenta contos de réis].

Considerando que o seu desmembramento não seria muito sensível ao município de que faz parte, o qual ficará com rendas mais que suficientes para prover as exigências de sua vida autônoma:

Decreta:

Art. 1º - Fica elevado à categoria de município, com a denominação de Carazinho e sede no povoado do mesmo nome, o território dos atuais 4º, partes do 6º, 7º, 8º, 9º, 12º e 13º distritos de Passo Fundo.

Art. 2º - O novo município limitará, ao norte, com o de Passo Fundo com o rio Turvo, desde a sua confluência com o rio da Várzea, até a barra do rio Bonito e por este até suas nascentes a leste, pela sombra do mato e pelas atuais divisas do 4º e do 7º distritos até o rio Jacuí; ao sul, com o município de Soledade pelo rio Jacuí; a oeste, com Cruz Alta e Palmeira pelas atuais divisas destes municípios com o de Passo Fundo.

Art. 3º - Enquanto permanecer a situação instituída pelo Decreto Federal nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, serão observadas no município a Lei Orgânica de Passo Fundo e, bem assim, a lei de orçamento para o corrente exercício no que for aplicável.

Art. 4º - O município de Passo Fundo transferirá ao de Carazinho a sua dívida ativa correspondente aos contribuintes do território desmembrado, bem como os próprios municipais por ventura nele existentes.

Art. 5º - O município de Carazinho pagará ao de Passo Fundo, pela forma que entre si convencionarem, a cota que lhe corresponder proporcionalmente à soma dos impostos a que a respetiva população está sujeita, na dívida passiva que houver contraído por último até esta data.

Art. 6º - O novo município será termo da comarca de Passo Fundo.

Palácio do Governo, em 24 de janeiro de 1931.

José Antonio Flores da Cunha

Sinval Saldanha



Estruturação do Município de Carazinho

Em 24 de fevereiro de 1931 foi instalado o Município e a respectiva Prefeitura Municipal. Ato contínuo foi dada posse ao Prefeito nomeado. Na sequência foram promulgados os primeiros atos referentes à estrutura político-administrativa e territorial do Município. A partir deste momento Carazinho inicia sua trajetória na condição de unidade autônoma.

Tendo a emancipação ocorrido no contexto da Revolução de 30, portanto em período de reorganização político-administrativa e constitucional do País, Carazinho não contou com o Poder Legislativo Municipal. O Prefeito, além das funções executivas, legislava mediante Atos, Decretos e Portarias.

Homero Guerra, prefeito nomeado, logo após empossado assinou o ato de nomeação de José Ivalino Pessoa de Brum para o cargo de Secretário do Município e eventual substituto do prefeito. Na mesma ocasião pelo Ato Municipal nº 11 o território municipal, com área superficial de 2.646 Km², foi parcelado em seis distritos: 1º Carazinho (sede); 2º Não-me-Toque; 3º Coronel Gervásio; 4º Selbach; 5º Boa Esperança; 6º Tamandaré. A totalidade do território fora desmembrado do Município de Passo Fundo, compreendendo os distritos: Carazinho (4º); Não-me-Toque (7º); Coronel Gervásio (8º); Coronel Selbach (9º); Boa Esperança (12º); parte de Sarandi (6º); parte de Tamandaré (13º). Atualmente situam-se, total ou parcialmente, no território de 1931, além de Carazinho com área de 576 Km², os municípios de Almirante Tamandaré do Sul, Colorado, Coqueiros do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Não-me-Toque, Pontão, Saldanha Mari-



nho, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto, Selbach, Tapera e Victor Graeff. Ao todo 13 municípios.

Em 15 de junho de 1931 Homero Guerra licenciou-se passando o cargo ao Secretário Ivalino Brum, cuja interinidade prolongou-se até 31 de dezembro de 1932. Em 30 de setembro de 1931 foi publicado o “Código de Posturas Municipais de Carasinho”, Decreto nº 5, promulgado pelo prefeito interino. Até aquela data vigorara o código de posturas do município origem.

De acordo com a legislação da época, por consequência da emancipação municipal, a sua sede, o povoado de Carasinho, foi elevada à categoria de Vila. Não obstante a importante posição econômica desfrutada pelo novo município, graças principalmente à atividade madeireira, a Vila de Carasinho ressentia-se da deficiente infraestrutura urbana. A maior reclamação dos moradores referia-se à energia elétrica, ou “força e luz” na linguagem daquele tempo.

Para tratar das prementes necessidades um grupo de cidadãos fundou, em 26 de junho de 1932, a “Liga Pró-Engrandecimento do Município de Carasinho” Não se conhece quais os resultados práticos obtidos pela Liga, a não ser haver gestado a importante ideia de criação do Hospital de Caridade de Carazinho.

Em 17 de novembro de 1935 realizaram-se as primeiras eleições municipais no Município de Carazinho. Foram eleitos o Prefeito Municipal e sete Vereadores. No dia 19 de dezembro o Juiz de Direito deu posse aos Vereadores, ocasião em que foi instalada a Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho. Em 11 de novembro de 1937 cessaram suas atividades. Durante o chamado “Estado Novo” os parlamentos federais, estaduais e mu-

nicipais não funcionaram. Em 11 de novembro de 1947 deram-se as segundas eleições municipais de Carazinho. Foram eleitos Prefeito, Vice-Prefeito e 13 Vereadores. A posse dos eleitos e reinstalação da Câmara ocorreu no dia 22 de novembro.

Em 31 de março de 1938 a vila foi elevada à categoria de Cidade, na forma do Decreto Estadual nº 7.199, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Pelo Decreto 7.199, de divisão administrativa e judiciária do estado do Rio Grande do Sul, o Município de Carazinho ficou constituído por sete distritos: Carazinho, sede municipal; Não-me-Toque; Tapeira; Selbach; Boa Esperança; Tamandaré e Cochinho. As sedes distritais foram elevadas à categoria de Vila.



Primeiro Prefeito de Carazinho

Homero Guerra, nomeado em 10 de fevereiro de 1931 pelo Decreto nº 4.718 assinado pelo Interventor Federal General José Antônio Flores da Cunha. Engenheiro civil, com 33 anos de idade, Homero havia participado das articulações que garantiram a emancipação, Decreto nº 4.709 de 24 de janeiro de 1931.

Consta que na primeira audiência com a comissão emancipacionista, da qual Homero Guerra fazia parte, o Interventor havia condicionado a emancipação à aceitação de Homero para o cargo de Prefeito Municipal, o qual por sua vez havia consentido desde que Ivalino Brum aceitasse o cargo de Secretário, visto ele, Homero, não entender, nem querer entender da burocracia administrativa.

O Decreto nº 4.718 foi um caso explícito de nepotismo. Flores e Homero eram primos em 2º grau. Em 1905 José Antônio havia casado com Irene Guerra, prima-irmã de Homero. Portanto, eram parentes por consanguinidade e por afinidade. Interessante assinalar que o nepotismo estava expressamente proibido pelo Decreto federal nº 19.398 do Governo Provisório, datado de 11 de novembro de 1930. É provável que o Bacharel Flores da Cunha haja participado da feitura do referido decreto. Ali consta no parágrafo 5º do art. 11:

Nenhum interventor ou prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim, até o sexto grau, para cargo público, no estado ou município, a não ser um para cargo de confiança pessoal.

Essa proibição tinha endereço certo, visava coibir uma das mais corriqueiras práticas na República “velha”, a “república dos

coronéis” (1889-1930). No caso carazinhense tratava-se de questão política delicada. Flores sabia muito bem que aqueles líderes carazinhenses “não eram flores que se cheirasse”, Carazinho era um “ninho de maragatos”. Na própria Comissão pró-Vilamento ali estava o Coronel Salustiano de Pádua, principal chefe que dera início, em 24 de janeiro de 1923, à revolta contra o quinto mandato de Borges de Medeiros. Flores, no posto de coronel, combatera de arma em punho os rebeldes. As alternativas de Flores eram escassas. Ou nomeava o primo vindo lá do Quaraí e residente no distrito desde 1927, onde administrava os negócios da família Guerra. Bem conceituado na comunidade era um destacado líder emancipacionista. Ou teria que fazer como em outros municípios, nomear um prefeito “de fora”.

Em 24 de fevereiro ocorreu a Instalação do Município e Posse do Prefeito Municipal. O primeiro ato foi a nomeação do Bacharel em Direito José Ivalino Pessoa de Brum para o cargo de Secretário do Município e eventual substituto do Prefeito. Em 15 de junho de 1931 Homero Guerra licenciou-se entregando administração municipal a Ivalino, cuja interinidade durou até 31 de dezembro de 1932. Em 1º de janeiro de 1934 entregou o cargo a Albino Hillebrand. Reassumiu em 1º de junho até 1º de novembro, quando voltou a entregar o cargo a Albino até 31 de julho de 1935. Reassumiu para que Albino, por imposição de Flores da Cunha, se candidatasse a Prefeito nas primeiras eleições municipais em Carazinho.

Homero Guerra foi Prefeito Municipal titular (e mandatário de fato) de 24 de fevereiro de 1931 a 19 de dezembro de 1935, quando transmitiu a chefia do Executivo ao primeiro Prefeito eleito de Carazinho Albino Hillebrand. Portanto é equivocado arrolar nesse período de quatro anos incompletos, 1931-1935,

Ivalino Brum e Albino Hillebrand como Prefeitos de Carazinho, cargo ocupado durante todo esse tempo pelo único Prefeito nomeado, Homero Guerra. Ivalino e Albino foram apenas substitutos interinos.

Hillebrand foi Prefeito Municipal de Carazinho nos períodos: 1935-1937, eleito; 1937-1945, nomeado; 1948-1951, eleito; 1955-1959, eleito. Albino Hillebrand é até hoje o agente político que por mais tempo ocupou a chefia do Executivo carazinhense.

Força e Luz

Logo após instalado o Município de Carazinho, em 24 de fevereiro de 1931, a primeira e grande tarefa com que a Administração se deparou foi o problema da “força e luz”. A Vila, sede municipal, carecia de energia e de iluminação. Energia para movimentar as máquinas das fábricas e oficinas, iluminação pública e nas residências. A iniciativa privada encarregada de dar a luz deixava os carazinhenses insatisfeitos. O Executivo Municipal apenas renovara o contrato feito pela Intendência de Passo Fundo, em 19 de fevereiro de 1919, com a empresa F. Weidlich & Cia. Ltda. Não demorou muito para o Jornal da Serra, com sarcasmo, fazer eco à geral insatisfação:

Luz-Luz, que não clareia... Possuímos a mais engraçada das usinas hidroelétricas: quando faz seca, a luz se assemelha a vela de sebo, e quando chove demais, como vem acontecendo, a nossa inefável luz elétrica fica mais tristonha que candieiro sem querosene! Mas não para por aí a nossa desdita, não. Quando o tempo se firma alguns dias e a água alimentadora da turbina não é nem abundante nem escassa, ainda assim a luz enguiça, não clareia... O interessante, porém, é que embora a luz não produza seus efeitos legais, a cobrança se faz religiosamente como se ela estivesse, como um sol, iluminando as trevas em que vivemos... O povo vive às escuras, tropeçando aqui e ali, mas os cobres não encontram embaraço algum em se encaminharem para as algibeiras da simpática empresa que nos fornece a escuridão... Como tateamos na mais densa escuridão não nos é permitido ver a escamoteação de nossos níqueis. Seria assim deselegante denunciar alguém... Por isso ficaremos por aqui... Boa noite, caro leitor.



Nesse tom Astério Canuto de Souza, proprietário, diretor e redator do Jornal da Serra, continuou cobrando do Prefeito nomeado a solução do problema. Na edição de 2 de junho de 1932, esperanças perdidas, tendo o nomeado deixado em seu lugar, há um ano, um provisório, Canuto voltou à carga. “Pegou pesado” em artigo de primeira página sob o título: *Quanto mais chove, mais escuro fica!* Nesse meio tempo o Interventor Federal, General Flores da Cunha, que havia escolhido o seu primo, Homero Guerra, viera em socorro oferecendo para Carazinho a construção de uma usina hidroelétrica no Rio Jacuí. Determinou ao Engenheiro Noé Freitas a realização dos estudos e o projeto da Barragem e Usina da Ernestina. Em 1935, quando Homero encerrou seu mandato, o projeto estava quase pronto, a Caixa Econômica Federal sinalizara a oferta de um empréstimo em condições favoráveis e o governo do estado aceitava ser fiador. Entrementes o Prefeito Albino Hillebrand, agora eleito, vetou o prosseguimento dos trâmites. Carazinho desprezou a Ernestina.

Para Canuto isso era o resultado de um *bisonho diretor de orquestra de cinema* estar investido no cargo de Prefeito Municipal. A candidatura de Hillebrand fora imposta por Flores. Cláudio J. Graeff Weidlich, em 19 de setembro de 1991, na entrevista concedida ao autor do presente artigo, assim referiu o episódio:

Só imagino o desencanto do ‘velho’ Flores. Ele deu a Carazinho, como filho pródigo, a concessão de Ernestina. Seria a usina piloto do plano de eletrificação do estado. E o Noé Freitas foi banido daqui porque veio à Prefeitura oferecer a construção que implicava numa tomada de empréstimo que o erário municipal talvez não tivesse condições de satisfazer.

Exposição Agro-Pastoril e Industrial

Três anos após a emancipação, objetivando destacar o progresso do novel município, realizou-se nos dias 30 de maio a 3 de junho de 1934 a 1ª EXPOSIÇÃO AGRO-PASTORIL e INDUSTRIAL de CARASINHO. Deve-se a iniciativa e a organização do evento a Fortunato Pimentel, o qual já havia realizado semelhantes exposições em outros municípios. O Prefeito Municipal era Homero Guerra, todavia, o Sub-prefeito Albino Hillebrand encontrava-se no exercício do cargo. A Comissão Organizadora foi composta por Alberico Azevedo, José Antônio Vargas e Fioravante Barleze.

Foram apoiadores da Exposição os governos estadual e municipal, a Federação das Associações Rurais, a Associação Rural, a Associação Comercial e o Clube Comercial. Além dos expositores carazinhenses participaram expositores de Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim, Cruz Alta, Ijuí, Uruguaiana, Rosário, Montenegro e Tupanciretã. O pavilhão dos estandes e o galpão de alojamento dos animais foram edificadas na Rua do Comércio (atual Avenida Flores da Cunha), em terreno ao lado do Hotel Liberal.

Muito significativo o pronunciamento de Homero Guerra no ato de abertura, conforme publicado no jornal Correio do Povo de Porto Alegre, edição de 5 de junho:

Meus Senhores – Ao ter a honra de declarar inaugurada a 1ª Exposição Agro-Pastoril e Industrial de Carasinho, é com íntima satisfação que contemplo o espetáculo magnífico deste certamen, que vem demonstrar de maneira a mais cabal as admiráveis qua-



lidades da energia moral dos agricultores, criadores e industriaes desta região que, longe de esmorecerem ao peso das cruéis dificuldades do momento, pelo contrário, tem sido por ellas instigados e estimulados a melhorar as qualidades de seus produtos e aperfeiçoar seus methodos de trabalho. Hesitei a principio, quando o abnegado e incansável organizador desta festa, dr. Fortunato Pimentel, me pediu para ella o apoio moral do governo municipal, não porque duvidasse de suas grandes vantagens, mas por conhecer os obstáculos decorrentes da crise mundial, contra os quaes se debatem as classes productoras, também hesitei ao considerar que o exíguo tempo de três anos de autonomia municipal não nos permitia oferecer aos nossos hospedes um acolhimento digno deles, proporcionando-lhes o conforto e as facilidades da vida moderna.

A cautela do titular do Executivo Municipal era plenamente justificada. Apesar do Governo Vargas já haver colocado a economia brasileira em bom rumo, a crise de 29 ainda não havia sido superada nos Estados Unidos e na Europa, de cujos mercados o Brasil dependia. Não obstante, a Exposição revestiu-se de sucesso, tanto pelo número de expositores e de visitantes, como pela oportunidade de confrontar a qualidade da produção carazinhense com a de outros municípios. Expositores carazinhenses receberam vários prêmios e menções honrosas.



As Primeiras Eleições Municipais em Carazinho

Em novembro de 1935, obedecendo o preceituado na Constituição Brasileira promulgada em 16 de julho de 1934, realizaram-se eleições municipais em todo País, as primeiras no Município de Carazinho. Também foram as primeiras eleições municipais no Brasil organizadas, realizadas e fiscalizadas pela Justiça Eleitoral. É possível afirmar que foram as primeiras eleições municipais democráticas da história do Brasil, inclusive, as primeiras eleições municipais em que as mulheres puderam votar e serem votadas.

A votação para Prefeito Municipal e Vereadores ocorreu no dia 17. O pleito foi presidido pelo Dr. Alfeu Escobar, Juiz Eleitoral da 23^a Zona, com sede em Passo Fundo.

Concorreram, com candidato a Prefeito e candidatas a vereadores, o Partido Republicano Liberal – PRL, liderado no estado por Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, situação no estado e em nível federal, o Partido Popular de Carazinho – PPC, partido municipal ligado à Frente Gaúcha, liderada por Borges de Medeiros e Raul Pilla, oposição a Flores e ao Presidente Getúlio Vargas, e a Aliança Integralista Brasileira (partido defensor de ideologia nazi-fascista). O Partido Comunista, não obstante contar com filiados em Carazinho, não concorreu.

O prefeito eleito foi o candidato de PRL, Albino Hillebrand, cuja candidatura fora imposta pelo chefe estadual, Flores da Cunha. Para a vereança foram eleitos: Alberto Graeff – PPC; Avelino Steffens – PRL; Frederico Guilherme Sudbrack - PRL; Guilherme Augustin – PRL; José Kurtz – PRL; Lahire Azevedo



– PRL; Walter Scherer – PPC. Portanto, o PRL, além do prefeito, elegeu cinco vereadores, o PPC elegeu dois vereadores. Os integralistas (apelidados “galinhas verdes”) não elegeram nenhum vereador.

Os votos nas legendas ficaram assim distribuídos: PRL, 2.131 votos; PPC 1.012 votos; AIB 165 votos. Escrutinados 113 votos em branco ou nulos. Total de votantes 3.427. Eleitores inscritos 4.437. Abstenção 22,9%.

Na quinta-feira, dia 19 de dezembro, o Juiz Eleitoral, Dr. Alfeu Escobar, deu posse aos Vereadores. Compareceram os cinco eleitos pelo PRL, estiveram ausentes os dois eleitos pelo PPC. Na sequência foi instalada a Câmara Municipal. Avelino Steffens, médico em Tapera, por ser o vereador mais votado (729 votos), assumiu a presidência. No dia imediato os vereadores empossaram no cargo de Prefeito Municipal Albino Hillebrand.

A primeira Legislatura, iniciada em 19 de dezembro de 1935 e encerrada em 11 de novembro de 1937, não consta da numeração oficial. No arquivo da Câmara Municipal nada há a respeito, o Livro de Atas e demais documentação produzida na Legislatura 1935-1937 não faz parte dos Anais da Casa. As informações disponíveis são as registradas na imprensa local, em especial no Jornal da Serra, e regional. 1ª Legislatura, a que dá início à numeração atual, é a de 1947-1951.

O primeiro prefeito eleito pelo voto popular, Albino Hillebrand, permaneceu como tal até o dia 11 de novembro de 1937, quando assumiu, até 1945, na condição de prefeito nomeado. Eleito para os períodos 1948-1951 e 1955-1959, é até os dias atuais o agente público que por mais tempo ocupou a chefia do Executivo carazinhense.

IV Festa Nacional do Trigo

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1954 a cidade sediou a **IV Festa Nacional do Trigo**. Evento a atestar a pujança da economia carazinhense nos anos 50, fase em que a triticultura substituiu a indústria madeireira na condição de “carro chefe” da economia municipal. Coincidentemente este fato econômico de relevância para o Município de Carazinho ocorreu na década em que o Plano de Metas e os “50 em 5” do Governo JK irão mudar o foco da economia nacional privilegiando a industrialização em detrimento da agropecuária.

A primeira FNT ocorrera em Bagé em 1951, a segunda, em Júlio de Castilhos, 1952, a terceira, em Erechim, 1953. Na safra de 1953, com 80 mil hectares de área plantada e 80 mil toneladas de trigo colhido, Carazinho reivindica o título de **Capital do Trigo** e o privilégio de sediar a festa de 1954. Durante o Governo de Getúlio Vargas, 1951-1954, a triticultura carazinhense graças aos incentivos federais dera um salto em qualidade e em quantidade. A *Campanha Nacional do Trigo*, lançada por Vargas em 30 de novembro de 1951, fora muito auspiciosa no Município de Carazinho. Basta comparar o lento crescimento dos anos 1947-1950 ao salto ocorrido entre 1951-1953:

Ano	hectares plantados	toneladas colhidas
1947	1.000	500
1948	2.850	1.995
1950	5.500	5.040
1953	80.000	80.000



A IV Festa Nacional do Trigo teve, como é óbvio, no “cereal rei” o foco principal. Todavia, outros grãos, em especial arroz e milho, também marcaram espaço. No programa oficial: Concurso de Lavouras, inscritas 33 granjas do município e região; Exposição de Variedades de Trigo; Concurso de Sementes de Trigo; Concurso de Espigas de Trigo; IV Congresso Nacional de Triticultores. Despertou a atenção do grande público o Desfile Moto-mecanizado realizado na Avenida Flores da Cunha no domingo, dia 24. Concomitante com a IV Festa do Trigo realizou-se a **II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho**.

Precedendo as festividades realizou-se na noite de sexta-feira, dia 22, nos salões do Clube Comercial, o baile de coroação da Rainha da IV Festa, Srta. Lucy Buchholz. O baile iniciou-se às 23 horas ao som da Marcha do Trigo executada pelos conjuntos musicais contratados para cadenciar as danças, Jazz Típica Tabu e Jazz do Maestro Célio. Sábado pela manhã o Governador do Estado General Ernesto Dornelles inaugurou oficialmente a IV Festa e a II Exposição. À tarde desembarcou o Ministro da Agricultura, José Costa Porto, o qual após as saudações de praxe seguiu, acompanhado pelo Governador e pelo Prefeito Municipal, José Annoni, em visita a algumas lavouras de trigo. À noite as autoridades foram homenageadas com um jantar nas dependências do Clube Comercial. Carazinho não contou com a presença do Presidente da República. Getúlio Vargas, o grande incentivador da triticultura nacional, havia se suicidado em 24 de agosto. Assumira a Presidência o Vice, João Café Filho.

Apesar do trigo, como é natural, ser cultivado no interior do município era na área urbana que ocorria a maior repercussão. Em Carazinho, na década de 50, a triticultura deixa de ser uma atividade colonial para se converter em um empreendimen-



to citadino. Os granjeiros eram gente da cidade, comerciantes, industrialistas e em especial profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros. Sendo uma produção motomecanizada os operários especializados, motoristas, tratoristas, condutores de máquinas, mecânicos, em sua maioria eram trabalhadores citadinos. Via de regra os safristas, os chamados “boia-fria”, também moravam na cidade. A população rural, sem dúvida, teve seu protagonismo, todavia era minoritária e em boa parte estava envolvida em outras atividades agrícolas e em fainas pecuárias.



II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1954 a cidade sediou a **II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho**. O evento apresentou às autoridades federais e estaduais, ao mundo dos negócios e ao público em geral a pujança da economia carazinhense nos anos 50. Justamente a fase em que a triticultura substituiu a indústria madeireira na condição de “carro chefe” da economia municipal. Coincidentemente a década em que o Plano de Metas e os “50 em 5” do Governo JK irão mudar o foco da economia nacional privilegiando a industrialização em detrimento da agropecuária. Na 2ª Exposição Carazinho antecipou-se demonstrando a interação que havia no município entre os setores agrícola, pastoril e industrial, interligados com o setor dos serviços.

A II Exposição Agropecuária e Industrial de Carazinho revestiu-se de pleno sucesso. Fazia exatos 20 anos que ocorresse a 1ª Exposição Agro-Pastoril e Industrial de Carazinho. A 2ª Exposição, sendo evento paralelo à IV Festa Nacional do Trigo, contou com a participação destacada de granjeiros, pecuaristas, empresas industriais e comerciais de diversos municípios do RS. Também estiveram presentes na condição de expositores empresas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Expuseram produtos agrícolas, além das 33 granjas concorrentes no Concurso de Lavouras, quatro granjas de arroz e milho. A variedade de trigo com maior presença foi a Frontana, na totalidade das granjas, seguida por Colônia, em 22, Trintiani, com 16 e Rio Negro, em duas. Observa-se que a maioria das granjas cultivava duas variedades, algumas três e duas quatro. As granjas de arroz e milho assim estavam representadas, uma arroz, uma arroz em espigas e



em grãos, uma arroz e milho híbrido e uma milho branco. Participaram 13 pecuaristas com bovinos, oito com suínos, cinco com equinos e três com aves.

Na safra de 1953, com 80 mil hectares de área plantada e 80 mil toneladas de trigo colhido, Carazinho reivindicara, com sucesso, o título de **Capital do Trigo** e o privilégio de sediar a festa de 1954. Assim sendo o “cereal rei” foi o foco principal. Todavia, outros grãos, em especial arroz e milho, também marcaram espaço. Grande destaque teve a exposição de animais, espécimens de primeira linha estiveram patentes aos especialistas e ao público leigo. No programa oficial: Concursos de bovinos, equinos, suínos e aves; Concurso de Lavouras, inscritas 33 granjas do município e região; Exposição de Variedades de Trigo; Concurso de Sementes de Trigo; Concurso de Espigas de Trigo; IV Congresso Nacional de Triticultores. Despertou a atenção do grande público os desfiles dos animais campeões, na tarde de domingo, dia 24.

Precedendo as festividades aconteceu na noite de sexta-feira, dia 22, nos salões do Clube Comercial, o baile de coroação da Rainha da IV Festa do Trigo, Srta. Lucy Buchholz. O baile iniciou-se às 23 horas ao som da Marcha do Trigo executada pelos conjuntos musicais contratados para cadenciar as danças, Jazz Típica Tabu e Jazz do Maestro Célio. Sábado pela manhã o Governador do Estado General Ernesto Dorneles inaugurou oficialmente Exposição Agropecuária e Industrial e a IV Festa do Trigo. À tarde desembarcou o Ministro da Agricultura, José Costa Porto, o qual após as saudações de praxe seguiu, acompanhado pelo Governador e pelo Prefeito Municipal, José Annoni, em visita a algumas lavouras de trigo e aos estandes da Exposição. À noite as autoridades foram homenageadas com um jantar nas

dependências do Clube Comercial. Carazinho não contou com a presença do Presidente da República. Getúlio Vargas, incentivador da industrialização e da diversificação da matriz agrícola nacional, havia se suicidado em 24 de agosto. Assumira a Presidência o Vice, João Café Filho, o qual fez-se representar pelo Ministro da Agricultura.



Carazinho: Capital do Trigo

Muito antes da emancipação, ocorrida em 1931, no território que veio a constituir-se no Município de Carazinho houve o cultivo do trigo, **Triticum sativum**. Todavia, tratava-se da triticultura em terras de mato praticada pelos colonos. O mato derrubado a machado e fogo, a terra amainada com arado, o trigo semeado a lança e colhido com foice, debulhado a manguá ou trilhadeira. Na década de 1950 Carazinho foi um dos municípios pioneiros da moderna triticultura, praticada em terras de campo, motomecanizada.

Isto se deveu muito ao Governo Vargas. Seguindo o exemplo do governo dos Estados Unidos que no pós-guerra (1939-45) difundiu o programa *Green Revolution*, Revolução Verde, Getúlio Vargas lançou em 1951 um audacioso programa agrícola. Para os estados sulinos, em especial o RS, o produto escolhido foi o trigo. Em 30 de novembro de 1951 foi lançada a “Campanha Nacional do Trigo”. As estações experimentais agrícolas incrementaram suas pesquisas, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil abriu créditos especiais. Não faltou propaganda oficial, foram distribuídos centenas de cartazes em tricromia, onde destacavam-se espigas maduras de trigo e a frase *Plantai trigo, ele é a fortuna dos lares, a riqueza dos campos e a felicidade da Nação* seguida da assinatura autógrafa de Getúlio Vargas.

Em Carazinho, atentas aos incentivos governamentais, mentalidades esclarecidas optaram pela agricultura de campo, enfrentando o preconceito existente em relação à “barba de bode”, *Aristida jubata*. Surgiram as granjas e os granjeiros, a maioria deles gente da cidade, profissionais de diferentes ramos



da atividade urbana, receberam o apelido de “poetas rurais”. Motivados pelas excepcionais medidas de favorecimento, tomadas pelo Estado brasileiro para encorajar a cultura do trigo em grandes proporções, lançaram-se no que os negativista consideravam uma aventura, e os oposicionistas a Vargas propalavam que levaria a Nação à falência.

O que ocorreu foi uma verdadeira revolução agrícola com profundas repercussões nas áreas urbanas. O comércio, a indústria, o artesanato, os bancos, os serviços, foram positivamente afetados. Não apenas os empresários (a granja tritícola é uma empresa capitalista), também, boa parte dos trabalhadores especializados (tratoristas, motoristas, mecânicos) das granjas, era gente da cidade. À medida que a triticultura granjeira se expandiu foi cada vez maior a força de trabalho eventual ou sazonal recrutada na periferia urbana, os “bóia-fria”.

O crescimento tritícola carazinhense foi exponencial. Em 1950 a área cultivada era de 5.500 hectares, passou para 80.000 he. em 1953. A produção que era de 5.040 toneladas em 1950, passou para 80.000 ton. em 1953. A colheita tritícola carazinhense de 1953 costuma ser avaliada em cerca de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Cruzeiros). Carazinho foi considerado “o maior parque lavoureiro mecanizado da América Latina”. No ano seguinte, 1954, sediou a **IV Festa Nacional do Trigo**, realizada nos dias 23 e 24 de outubro (o autor deste artigo esteve presente ao evento). Na safra anterior, 1953, Carazinho havia superado Erechim em área e em produção. Tradicional produtor, Erechim mantinha sua triticultura colonial, na base do arado de bois, da sementeira a lança, da foice e da trilhadeira. Destarte, com fundamento em sobejos argumentos, Carazinho valeu-se da 4ª Festa para reivindicar o título de **Capital do Trigo**.

Sogicultura Carazinhense

A agricultura de campo, desfrutando do clima subtropical úmido, com suas granjas motomecanizadas, surgiu e desenvolveu-se rapidamente em Carazinho na década de 1950. De início o foco principal e quase absoluto foi a triticultura. O trigo, cultura de inverno, tendo como subsidiárias as culturas de verão, soja e milho, em associação com a pecuária, garantiu um destaque significativo para a economia do município.

O trigo, como monocultura, teve vida curta. A soja de cultura complementar transformou-se em produto soberano. As granjas cresceram em produtividade, em área e em número. Na década de 1980 havia lavouras de soja dentro do perímetro urbano de Carazinho. Convém assinalar que a substituição do trigo pela soja deu-se num contexto de estagnação das culturas alimentares no Brasil conforme revelam os dados dos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970 e 1980.

A soja, nome científico *Glycine max* (ervilha grande), foi introduzida no Brasil por imigrantes japoneses em 1908. Permaneceu por meio século como pequena lavoura, principalmente no estado de São Paulo, destinada à culinária nipônica. No final da década de 40, início da década de 50 a soja principiou a ser cultivada no Rio Grande do Sul para produção de rações de engorda de suínos. O crescimento da produção ocorreu durante a década de 60, porém foi na década de 70 que a soja se consolidou como a principal cultura do agronegócio brasileiro.

Em 1960, com a expansão da soja em zonas triticultoras, Carazinho ocupou o 10º lugar em área cultivada com soja entre



os municípios do estado do Rio Grande do Sul. Em 1970 o 8º lugar, e em 1975 o 4º lugar. Atualmente o Brasil é o 2º maior produtor de soja do Mundo, o Rio Grande do Sul é o 3º estado maior produtor no País. Carazinho há muito tempo deixou de figurar entre os municípios grandes produtores de soja.

No Brasil a soja tem se mantido unicamente como produto agrícola em especial voltado para a exportação. Apenas em anos bem recentes começou a ser também matéria prima industrial, porém quase que restrita à produção do biodiesel. O atraso brasileiro em pesquisas avançadas relegou a soja a esse rol de mero produto da lavoura para uso interno e exportação, donde o pequeno valor agregado. De modo diferente nos EUA, já no início do séc. XX, a soja tornou-se cultura agro-industrial destinada, com prioridade, à indústria química. A partir da década de 1940 forneceu ingredientes para biscoitos, margarinas, tintas automotivas, paralamas dos carros Ford, cosméticos, óleos lubrificantes, plásticos, assoalhos impermeáveis, escovas dentais etc.

Escola Estadual de Ensino Técnico Agrícola

Em 22 de maio de 1961 o Governador do Estado Eng.º **Leonel de Moura Brizola** pelo Decreto nº 12.371 declarou de utilidade pública área, no 1º distrito de Carazinho, para fins de construção de uma **Escola Técnica Rural** de grau médio. Em 30 de junho de 1961 declarou a urgência da desapropriação de uma gleba de 5.095.881,53 m², para fins de imissão provisória na posse. Em 1962 foram iniciadas as obras conforme projeto do setor de construção de prédios escolares do Governo Estadual. Com a mudança de governo (Meneghetti) em 1963 as obras foram abandonadas ainda em seus fundamentos.

Decorreram 15 anos. Em 14 de julho de 1976 o Decreto estadual nº 24.756 criou o Centro Rural de Ensino Supletivo – **CRES**, conforme as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 5.692/71. Ao serem tomadas as providências para edificação dos primeiros prédios os antigos alicerces foram encontrados encobertos pela capoeira, sendo convenientemente aproveitados. A escola foi instalada e iniciou seu funcionamento em 26 de outubro de 1976, sob a direção da Professora Marleide Lorenzi. Os primeiros cursos foram os de educação geral de 1º e 2º graus. A estes somaram-se cursos de qualificação profissional agropecuária, curso Técnico em Agropecuária, cursos de educação profissional básica, seminários para agricultores, palestras e reuniões técnicas. Sendo escola destinada prioritariamente a servir a população rural da região o atendimento ao alunado centrou-se no regime de internato e semi-internato.

Em 2002 deu-se a adaptação da Escola à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) e a mudança

de denominação para Escola Estadual de Ensino Profissionalizante de Carazinho – **EEEPROCAR**, mantendo o funcionamento de Curso Técnico em Agropecuária.

Em 2006, no Governo Olívio Dutra, foi montado um projeto para o funcionamento na Escola de cursos universitários na área da Tecnologia Agropecuária a cargo da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porém com a mudança de governo (Yeda Crusius) o projeto foi abandonado.

No próximo dia 22 de maio serão 54 anos da iniciativa do Governador **Leonel de Moura Brizola**. No dia 26 de outubro do ano findo (2014) completaram-se 38 anos de funcionamento ininterrupto da Escola. Durante estas quase quatro décadas foram beneficiadas mais de 50.000 famílias de áreas rurais, em centenas de municípios da região. Atualmente estão matriculados na Escola, em regime de internato, alunos de mais de 30 municípios. Isto acrescenta pontos na qualificação de Carazinho com polo educacional regional.

Em justa homenagem ao mais ilustre filho de Carazinho, grande líder nacional, emérito lutador pela causa da Educação, sugere-se dar à Escola o nome de **Leonel de Moura Brizola**.

Legalidade em Carazinho

No dia 25 de agosto de 1961, uma sexta-feira, o País foi surpreendido com a renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros. O “homem da vassoura” não completou sete meses na Presidência da República. O Vice-Presidente eleito, João Belchior Marques Goulart, encontrava-se em viagem oficial diplomática por países da Europa e Ásia. O principal objetivo era a ampliação das relações diplomáticas e encaminhamento de acordos comerciais e financeiros. No momento da renúncia Jango e sua comitiva encontravam-se em Singapura.

Os três ministros militares aproveitando-se das circunstâncias tentaram um golpe militar. Declararam que João Goulart, substituto legal do presidente renunciante e naquele momento Presidente da República na forma constitucional, estava proibido de retornar ao País. Em Porto Alegre o Governador do Estado, o carazinhense Leonel de Moura Brizola, posicionou-se pela defesa do regime e da Legalidade. A Brigada Militar foi colocada em prontidão. No dia 28 o 3º Exército posicionou-se pela Legalidade. Após uma semana de muita inquietação quanto ao rumo da crise foi vitoriosa a resistência à tentativa de golpe dos ministros militares. Dia 1º de setembro o Presidente constitucional desembarcou em solo pátrio. No dia 7 de setembro João Goulart tomou Posse em Brasília.

Carazinho viveu intensamente aquela decisiva quinzena. Na Estação Ferroviária ocorreu desusada movimentação provocada pelo trânsito de tropas do Exército Brasileiro em direção à fronteira com o estado de Santa Catarina. A Câmara Municipal de Vereadores declarou-se em Sessão Permanente. Naqueles con-



turbados 13 dias que abalaram o Brasil a maioria da população do município esteve do lado da Legalidade. Todavia há nomes de cidadãos e cidadãs carazinhenses que devem ser lembrados pelos atos e posicionamentos durante a crise. Passados 50 Anos da Campanha da Legalidade a maioria deles foram esquecidos. Ademais das informações orais é necessário recorrer a pesquisas, conduzidas com rigor técnico e científico, em diferentes fontes documentais e na imprensa local.

Além dos jornais da época, deve-se considerar documentação primordial os documentos da Câmara Municipal de Vereadores, em especial as atas da Sessão Permanente que se estendeu de 27 de agosto a 6 de setembro de 1961. Merece crédito o que os 13 edis carazinhenses deixaram registrado em ata. Outra fonte são os registros dos sindicatos, em particular, do Sindicato dos Bancários de Carazinho e Região sob a direção de Dill Pires e Eduardo Azambuja.

A lista não é exaustiva, outros nomes podem ser arrolados desde que devidamente justificados com base em informação segura. Assim sendo, preliminarmente, podem ser citados:

Os então Vereadores, Sebastião Olegário Haeffner “Bastico”, Presidente do Legislativo Municipal; José Maria Medeiros, o Vereador que na ocasião adotou as posições mais combativas, além de ser o que até hoje cumpriu o maior número de mandatos; Anita Gobbi, a única Vereadora daquela Legislatura, tomou posições muito corajosas e fez pronunciamentos significativos; Lauro Webber, com a Vereadora Anita dividiu os trabalhos de secretaria da Sessão Permanente; Ernani Penz, Vice-presidente do Legislativo Municipal, presidiu algumas reuniões; Fernando Jacobsen, distinguiu-se por expressar as posições das populações dos distritos. O então Prefeito Municipal, Ernesto José Annoni,



chefiou a resistência no Município tendo determinado a tomada de providências essenciais e comparecido a algumas das reuniões da Câmara durante a Sessão Permanente.

Outras pessoas mencionadas com destaque na documentação consultada: Oniva Moura, mãe do Governador Leonel Brizola, fez-se presente na Câmara de Vereadores incentivando a todos pela resistência em prol da Legalidade; também fez-se presente na Câmara Andreлина Leal, amiga de Dona Oniva e militante petebista; Graciliano Leal organizou um piquete de cavalarianos, preparado para qualquer eventualidade; José de Quadros, Presidente da União Carazinhense de Estudantes – UCE, mobilizou os estudantes secundaristas; Padre Lauro Hoffmann, Pároco da Igreja N.ªSr.ª da Glória; Aldo Schlichting, médico e ex-vereador; João Silveira da Costa, Delegado de Polícia, elogiado pelos bons serviços prestados à Câmara ao longo da Sessão Permanente; João Alcindo Dill Pires, Presidente do Sindicato dos Bancários, além de liderar a classe no apoio à Campanha da Legalidade, foi requisitado ao Banco do Brasil pelo Prefeito Annoni para, na condição de furriel, encarregar-se do serviço de requisições; Eduardo Azambuja, Secretário do Sindicato dos Bancários e militante do PCB, distinguiu-se na mobilização de lideranças sindicais e partidárias; Romeu Scaglia Barleze, deslocou-se de Porto Alegre para Carazinho onde coordenou as patrulhas em “teco-tecos” pilotados por Edson Otto e Delfino Mazutti.

A Rádio Carazinho integrou a Rede Radiofônica da Legalidade, mantendo os carazinhenses a par dos acontecimentos no Palácio Piratini, em Porto Alegre e no Brasil todo.

Além dos carazinhenses que lideraram a Campanha da Legalidade no município não podem ser esquecidos três carazi-



nhenses que longe da terra natal tiveram atuação sobremaneira decisiva no desmonte do golpe e na garantia da Legalidade: Leonel de Moura Brizola, Governador do Estado e comandante em chefe das forças da Legalidade; Homero Carlos Simon, considerado o “mago” da radiofonia gaúcha, engenheiro coordenador da equipe técnica da Rádio Legalidade, emissora líder da Rede da Legalidade; Armando Scaglia Barleze, chefe do Escritório do Governo do Estado na Capital Federal, coordenou as comunicações entre o Piratini e Brasília, garantiu toda a infraestrutura para a transmissão pela Rádio da Legalidade da Posse do Presidente João Goulart diretamente do prédio do Congresso Nacional. A atuação destes três carazinhenses encontra-se bem detalhada no livro Um Olhar Sobre a Legalidade, de minha autoria, editado em 2011.



II Guarany no Theatro São Pedro

Em 1999 e 2000 Carazinho deu uma demonstração de como fazer Cultura. Um grupo de ativistas culturais carazinhenses e de municípios vizinhos realizaram uma produção cultural autenticamente local. Reunidos em torno da Fundação Cultural de Carazinho - FUCCAR, encenaram uma adaptação livre da ópera **II Guarany**. A obra do famoso mestre brasileiro, Antônio Carlos Gomes, 1836-1896, mereceu uma releitura musical, cênica, coreográfica e plástica.

A FUCCAR, presidida pela artista plástica Ilse Ana Piva Paim, elaborou, com a participação de artistas e promotores culturais, o projeto “Jornada Cultural 60 Anos do Instituto Carlos Gomes”, o qual obteve o apoio da LIC – Lei de Incentivo à Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Com a colaboração de uma dezena de grupos e entidades culturais foram captados recursos financeiros junto à iniciativa privada local e regional.

Antes de ser levado ao palco em Carazinho e em Porto Alegre decorreram dez meses de planejamento, arranjos, montagens, ensaios, repetições. A produção do espetáculo envolveu 120 artistas, solistas, cantores, pianistas, instrumentistas, atores, dançarinos, artistas plásticos, coreógrafos, arranjadores, regentes, maestros e diretores artísticos. Também participaram produtores de artes, figurinistas, carpinteiros, eletricitas, sonoplastas, iluminadores. Foram cerca de 400 pessoas diretamente envolvidas. A maioria dos artistas, artesãos e técnicos produtores do espetáculo moradores de Carazinho e municípios vizinhos.



Esta encenação da ópera **Il Guarany** provou a potencialidade em promover cultura a partir de valores locais, despertando vocações, projetando talentos. Vocações e talentos marginalizados quando são promovidos grandes eventos com astros e estrelas vindos de fora, via de regra trazendo cultura “enlatada”, alienante.

A obra do genial Carlos Gomes foi à cena em duas etapas. A primeira etapa, denominada “Noite da Ópera”, deu-se nos dias 13, 14 e 15 de novembro no palco do Salão do Colégio Aparecida. O público, 700 espectadores por noite (lotações esgotadas), demonstrou nessas três noites de gala o quanto é ávido de cultura e de bons espetáculos artísticos.

A segunda etapa consistiu da apresentação no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, na noite de 20 de abril de 2000. Foi uma “prova de fogo” para a ousadia carazinhense ao expor-se ao exigente público da Capital. A apresentação integrou a agenda oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na semana comemorativa aos 500 Anos. O espetáculo mereceu o destaque de encerrar o conjunto das atividades culturais desenvolvidas na Capital do Estado, coordenadas pela Secretaria Estadual de Cultura. O Secretário Luiz Pilla Vares afirmou, em entrevista a órgãos de imprensa, a propósito da encenação levada a efeito pelos carazinhenses:

Ópera “O Guarani” é a prova da riqueza cultural de nosso Estado.

Na saída, ainda no *foyer* do Theatro, o Vice-Governador Miguel Rosseto emocionado falou: *O que acabamos de assistir já justifica ser Governo.* De fato sem a colaboração ativa e entusiástica do Governo do Estado, em especial pelo intermédio da SEC,



todo o esforço e capacidade dos realizadores do espetáculo teria sido em vão. Os preconceitos elitistas e as barreiras que se interpõem na trajetória da Arte produzida no “interior” não teriam sido ultrapassadas.



2015 – 154 Anos da Cidade de Carazinho

Especialistas em história de cidades, tais como os historiadores Leonardo Benevolo, Lewis Mumford, Gedeon Sjöberg, assinalam as duas principais formas de surgimento de uma cidade: a origem espontânea e a origem a partir de iniciativa de uma autoridade ou instituição. A origem espontânea ocorre em geral pela fixação de alguns poucos moradores em um lugar com boa aguada e ponto logístico, “âncorados” por um mercado. O núcleo urbano que no início da década de 1860 deu origem a atual Cidade de Carazinho enquadra-se perfeitamente neste modelo. A boa aguada, o arroio Carazinho; o ponto logístico, a estrada das tropas; o mercado, a bodega de Sebastião Camargo. É significativo o trecho na página 296 do livro As Missões Orientais e seus Antigos Domínios, autoria de Hemetério José Velloso da SILVEIRA, no qual a primitiva povoação de Carazinho é assim descrita:

Conhecemos a localidade em 1861 e 1865 em duas viagens de ida a Passo Fundo e volta a Cruz Alta. A esse tempo não tinha mais de quatro casas, distanciadas entre si, sendo residências de outros tantos proprietários. Uma delas na descida de um atalho para o arroio era de negócio e pertencia a Sebastião Camargo (há muito falecido) [o livro data de 1909] o qual então pensava em fundar uma freguesia. Mas o primeiro passo a dar seria a edificação de uma capela, que, conforme a legislação eclesiástica, tivesse o competente patrimônio ou passal.

As citadas viagens de 1861 e 1865 foram feitas no desempenho das funções de Juiz de Direito da Comarca de Cruz Alta. Nas páginas 160 e 161 Hemetério relatara em detalhe a viagem



de 1861. Faz parte do relato a frase: *Ao terceiro dia, passamos o lugar denominado Braz, o Capão da Glória, o arroio Carazinho, a morada de Sebastião de Camargo.*

Estes trechos do livro de Hemetério foram reproduzidos no Jornal da Serra, edição de 11 de dezembro de 1935, no artigo sob o título: “Carazinho Atravéz da História”.

Em sua Dissertação de Mestrado em História, defendida em novembro de 1993, na Universidade Federal de Santa Catarina, Silvana Santos de Moura cita documentos posteriores às viagens do Juiz de Cruz Alta os quais confirmam a existência do “povo começado” no início da década de 1860 e que Sebastião de Camargo foi ali morador proprietário.

Na citada dissertação, A Cidade de Carazinho. Espaço e Tempo, no livro Históriado Sindicato dos Bancários de Carazinho e Região e no livro História da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho Silvana MOURA expõe e argumenta que a atual Cidade de Carazinho surgiu, como núcleo urbano, daquela minúscula povoação junto ao arroio Carazinho na beira da estrada das tropas, visitada pelo Juiz de Direito da Comarca de Cruz Alta em 1861 e 1865.

O “povo começado” foi aos poucos crescendo. Em 1880 dezoito famílias instalaram-se em lotes urbanizados. Pouco depois o lugar adquiriu foros de freguesia e sede do 4º distrito de Passo Fundo. No final do século XIX Carazinho era um povoado com linha férrea e linha telegráfica. Em 1923 a revolta contra Borges de Medeiros eclodiu no povoado e expandiu-se por todo o Rio Grande do Sul. Em outubro de 1930, no Barracão Liberal, os carazinhenses conquistaram os corações e as mentes dos chefes revolucionários. Em 24 de janeiro de 1931 foi decretada a eman-



cipação municipal. Um mês após, em 24 de fevereiro, deu-se a instalação do Município e o povoado tornou-se Vila. Em 1938 a vila foi elevada à categoria de cidade, Cidade de Carazinho.



2015 – 84 Anos do Município de Carazinho

Criado em 24 de janeiro e instalado um mês após, justamente no dia 24 de fevereiro do ano de 1931, Carazinho completa neste ano de 2015 84 anos de existência político-administrativa autônoma. Naquele momento Carazinho veio a ser o 81º município do Rio Grande do Sul.

Com muita justiça e orgulho dos carazinhenses 24 de janeiro é a data em que anualmente é comemorado o Dia do Município. Data em que é lembrado o Decreto nº 4.709 da criação do município de Carazinho, assinado pelo Interventor Federal General José Antônio Flores da Cunha. Todavia, foi no dia 24 de fevereiro que o Município começou a existir. Até aquele dia fazia parte do município de Passo Fundo, cujo Prefeito nomeado era Henrique Scarpellini Guezzi.

No dia 24 de fevereiro de 1931 deu-se a instalação do Município e de sua Prefeitura Municipal. Seguiu-se a posse do Prefeito Municipal, Homero Guerra, nomeado pelo interventor no dia 10 daquele mês. Foi também no dia 24 de fevereiro que o Prefeito Homero Guerra assinou os primeiros atos de nomeação e de constituição administrativa e estrutural do Município.

O município de Carazinho foi integralmente desmembrado do município de Passo Fundo. Ao distrito de Carazinho foram acrescentados cinco distritos por inteiro, mais parte de um distrito. O território desmembrado somou área de 2.646 Km², abrangendo praticamente o primitivo 4º Distrito criado em 1858. O Ato nº 11, assinado no dia 24 de fevereiro, estruturou o novel município em seis distritos.



A emancipação de Carazinho deve ser entendida com coroamento de reivindicações e lutas do povo e lideranças carazinhenses ao longo de mais de duas décadas. Análises superficiais e visões personalistas têm levado a ser atribuído ao Interventor Federal quase todos os méritos pela emancipação. A tal ponto de haver existido um projeto de substituir a denominação da cidade e do município por Flores da Cunha. Tendo havido forte oposição, para compensar, a então Rua do Comércio foi nominada Avenida Flores da Cunha. Mais tarde a homenagem ocorreu na região colonial italiana. Nova Trento veio a ser Flores da Cunha.

Sem dúvida Flores da Cunha usou sua força de representante do Governo Provisório, resultante da Revolução de 30. Não deu atenção a líderes passo-fundenses do Partido Republicano que se opunham à emancipação. Quando notaram que já não tinham como impedir, buscaram ao menos manter o distrito de Não-me-Toque, onde tinham fortes interesses econômicos. Suas pretensões frustraram-se, não haviam se dado conta que a “república dos coronéis” acabara. Para mitigar o desgosto encheram um vagão da VFRGS de cuscos arrecadados nas ruas de Passo Fundo e mandaram soltar em plena Vila de Carazinho.

Outro crédito ao Interventor, a rápida tramitação do necessário processo burocrático de efetivação do decreto de emancipação. A Secretaria do Interior, órgão encarregado de tal trâmite, foi deveras expedita, em um mês ocorreu a instalação. Seja nos oitenta municípios instalados antes, seja nos 416 instalados desde então até os dias atuais não há nenhum com prazo igual ou menor entre a criação e o início da efetiva existência. Há inclusive casos de municípios criados e que nunca vieram a existir. Outros tiveram que aguardar vários anos. Carazinho, pode-se dizer, foi “vapt... vupt”. Isto é mérito “do Flores”. Ele soube bem



usar, em favor de Carazinho, os poderes discricionários de que dispunha. Tudo facilitado pela presença do “primo Homero”, seu homem de confiança numa terra de terríveis maragatos e republicanos rebeldes.

Assim se fazia Política e emancipação municipal há 84 anos!



2015 - 80 Anos da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho

O Município de Carazinho, emancipado em 24 de janeiro de 1931, pelo Decreto nº 4.709, instalado um mês após, apenas veio a ter seu Poder Legislativo em funcionamento no final de 1935.

No dia 19 de dezembro de 1935, o Juiz de Direito da Comarca de Passo Fundo, dr. Alfeu Escobar, deu posse a Vereadores eleitos no pleito municipal ocorrido em 17 de novembro daquele ano. Compareceram cinco dos eleitos. Na ocasião foi solenemente instalada a Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

Compuseram a Primeira Vereança Carazinhense os cidadãos: Alberto Graeff, Avelino Steffens, Frederico Guilherme Sudbrack, Guilherme Augustin, José Kurtz, La Hire Azevedo, Walter Scherer. Por ser o Vereador mais votado (710 votos) Avelino Steffens assumiu, de acordo com as normas vigentes, a presidenciado Parlamento Municipal, sendo assim o Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

No dia 18 os vereadores deram posse ao Prefeito eleito. A tarefa urgente era redigir a Lei Orgânica do Município. A ela lançaram-se os sete edís. Na primeira semana de fevereiro a empreitada estava concluída, sendo encaminhada ao chefe do Executivo. Na noite de sábado, 15 de fevereiro de 1936, Albino Hillebrand, o primeiro Prefeito Municipal de Carazinho eleito pelo voto popular, em ato solene promulgou a Lei Orgânica na presença dos Vereadores, do Juiz Municipal, Nelson Paim Terra,



de outras autoridades e do público presente no Salão do Clube Comercial.

Encerrada a solenidade, para comemorar a primeira lei carazinhense redigida e aprovada pelo Poder Legislativo Municipal foi oferecido aos presentes, na parte térrea do Clube, “profuso copo de cerveja”, conforme registrou o Jornal da Serra, em sua edição de 20 de fevereiro.

No mês de julho de 1936 o Plenário da Câmara examinou e aprovou as Despesas da Prefeitura Municipal no 1º semestre. Em setembro de 1937, após estudo, os Vereadores aprovaram a minuta do contrato entre a Prefeitura Municipal e a Empresa de Energia Elétrica Alto Jacuy Ltda. Nessa época estavam em andamento as obras do prédio da Prefeitura Municipal, cujo projeto previu, no pavimento superior, a “sala da Câmara de Vereadores”.

Em 11 de novembro de 1937, por força da nova Constituição decretada na noite do dia anterior, as Câmaras Municipais de Vereadores, as Assembleias Estaduais e o Congresso Nacional deixaram de funcionar. Destarte durante dez anos a vereança carazinhense, tal qual as dos demais municípios brasileiros, esteve inativa. Em 22 de novembro de 1947 o Legislativo carazinhense foi reinstalado. São 16 legislaturas que se sucedem ininterruptamente, fruto da **democratização do País em 1945**.

De 1947 a 1989 os vereadores dispuseram apenas da aca-nhada sala que fora destinada ao Legislativo no Paço Municipal. As sessões plenárias realizavam-se, por cedência, no Salão Nobre da Prefeitura (atual Gabinete do Prefeito). Em 11 de março de 1989 a Câmara instalou-se em prédio próprio.

Em seus **80 anos** a Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho teve 17 Legislaturas.





Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

Catálogo do Projeto Passo Fundo
www.projetopassofundo.com.br



Ney Eduardo Possapp d'Avila – Nasceu em Passo Fundo, na terça-feira de Carnaval de 1941. Filho de Narciso Vieira d'Avila e Olinda Possapp d'Avila. Técnico em Contabilidade, estudou Economia no Brasil e em Moscou, URSS, licenciou-se em História em 1988. Recebeu o título de Mestre em História pela UFSC em 1993. Foi Professor, Coordenador de Unidade e Diretor Regional da UERGS.

Por razões familiares começou frequentar Carazinho em 1944. Na segunda metade dos anos 50 e início dos 60 veio muitas vezes a Carazinho em função da militância estudantil secundarista. Desde o final da década de 1980 pesquisa a história da região que abrange o município de Carazinho. Em 1991 participou da criação do Projeto Memória Carazinhense e em 2006 da publicação do Catálogo de Entrevistas de História Oral Memória Carazinhense.

Recortes da História de Carazinho é uma coletânea de artigos publicados na imprensa carazinhense, desde a década de 1990 até os dias atuais, selecionados entre algumas dezenas de escritos por Ney Eduardo Possapp d'Avila sobre a história da Cidade e o Município.



978-85-8326-105-06



Portal
Domínio Público
Biblioteca digital desenvolvida em software livre



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura